

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

EMILIANA PEREIRA DOS SANTOS

O CIRCO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA: o trabalho social da Escola
de Circo Dom Fernando na Região Leste de Goiânia 2018/2020.

Goiânia
2020

EMILIANA PEREIRA DOS SANTOS

O CIRCO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA: o trabalho social da Escola
de Circo Dom Fernando na Região Leste de Goiânia 2018/2020.

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção
do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora Prof.^a Dr.^a Margot Riemann Costa e Silva

Goiânia
2020

EMILIANA PEREIRA DOS SANTOS

O CIRCO SOCIAL NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA: o trabalho social da Escola de Circo Dom Fernando na Região Leste de Goiânia 2018/2020.

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora Prof.^a Dr.^a Margot Riemann Costa e Silva

Prof.^a M.^c Margot Riemann Costa e Silva Presidente / PUC Goiás

Prof.^a M.^c Lúcia Abadia Carvalho Queiroz

Assistente Social Ms. Danilo Joaquim da Silva

Dedico esse trabalho ao meu Senhor, Yeshua Hamashia dono dos meus dias, a Dona Nair Pereira minha mãe, ao meu amado filho Asafe Bruno.

AGRADECIMENTOS

Eu mulher negra, cria da periferia chego ao ensino superior, uma conquista que só se tornou possível graças a luta e resistência dos meus ancestrais, e ao meu bom Deus que a cada momento de fraqueza me sustentou colocando-me acima das adversidades enfrentadas ao longo desses quatro anos.

Um processo árduo, repleto de grandes desafios e aprendizados, uma luta diária com muita resistência contra uma sociedade racista e um sistema opressor.

Indescritível o meu sentimento de gratidão e amor pela senhora minha mãe Dona Nair, mulher guerreira a quem devo toda a minha formação humana, aos meus irmãos e irmãs que são também meus melhores amigos, vocês são parte de toda a minha trajetória, amo infinitamente a todos e a cada um e cada uma.

Com o coração transbordando em gratidão menciono todo meu carinho e admiração aos grandes mestres que ao longo destes quatro anos de ensino partilharam seus conhecimentos enriquecendo minha graduação. Em especial aos professores: Lúcia Abadia, Athos Magno, Carmem Regina e a querida prof. e Orientadora Margot Riemann Costa e Silva, uma referência de ser humano e uma excelente profissional, e aos meus chuchus; Luiza Helena, Sabrine Gabrielle e Lorrainy Oliveira, amo cada uma.

“Não haverá futuro, não haverá Brasil sem que essas crianças e jovens ocupem o lugar que precisam, que merecem. Para que nossos guris, sejam de fato nossos guris, de todos nós. Ou seremos nós que não seremos de nada, nem de ninguém”

(Maria de Lourdes)

RESUMO

A pesquisa inicia com uma reflexão crítica acerca do histórico de violência contra a população negra oriunda do período escravagista perpetuada até os dias atuais, tendo como alvo prioritário jovens negros e pobres. A tese intitulada O Circo Social no Enfrentamento da Violência: o trabalho social da Escola de Circo Dom Fernando da Região Leste de Goiânia 2018/2020, trata-se de um estudo que busca conhecer e a metodologia do circo social como ferramenta da violência e na transformação humana e social. O problema que se coloca no cerne da pesquisa é: em que medida o Circo Social tem sido uma alternativa no enfrentamento da violência na Região leste de Goiânia? A monografia buscou sistematizar o trabalho desenvolvido pela Escola de Circo Dom Fernando através da metodologia do circo social como ferramenta de transformação humana e social. Para sistematização dos dados foram realizadas entrevistas com egressos e profissionais do circo social. O estudo busca analisar o trabalho social voltado a valorização cidadã e o protagonismo da juventude negra.

Palavras – chaves :Adolescência. Violência. Circo Social.

ABSTRACT

The research begins with a critical reflection on the history of violence against the black population from the period of slavery perpetuated until the present day, targeting young black and poor. The thesis entitled *The Social Circus in the Confrontation of Violence: the social work of the Dom Fernando Circus School of the Eastern Region of Goiânia 2018/2020*, is a study that seeks to know and the methodology of the social circus as a tool of violence and in human and social transformation. The problem at the heart of the research is: to what extent has the Social Circus been an alternative in the confrontation of violence in the East Region of Goiania? The monograph sought to systematize the work developed by the Dom Fernando Circus School through the methodology of the social circus as a tool for human and social transformation. In order to systematize the data, interviews were carried out with egresses and social circus professionals. The study seeks to analyze the social work aimed at the valorization of citizens and the protagonism of black youth.

Translated with www.DeepL.com/Translator (free version)

Keywords: Adolescence. Violence. Social Circus.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 = Dados da desigualdade social por raça ou cor no Brasil, 2018.

Quadro 2 = Dados das mortes por intervenção policial no Brasil, 2019/2020.

Quadro 3 = Total de adolescentes infratores por idade no Brasil, 2016.

Quadro 4 = Dados dos atos infracionais, das medidas socioeducativas aplicadas no Brasil, 2016.

Quadro 5 = Dados das vítimas de homicídios por idade, cor ou raça no Brasil, 2015.

Quadro 6 = Atividades dos adolescentes na rede do tráfico de drogas.

Quadro 7 = Atos infracionais cometidos por adolescentes no Brasil registrados em 2016.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI = Ato Institucional

ARRAIA = Arte Regional do Araguaia

CEDCA = Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CEFSS = Conselho Estadual Serviço Social

CCPCA = Centro Cultural Popular de Conceição do Araguaia, no Pará

CPA = Comitê de Participação do Adolescente

CONANDA = Conselho Nacional

CMEI = Centro Municipal de Educação Infantil

CMDCA = Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS = Conselho Nacional da Assistência Social

CLT = Consolidação das Leis de Trabalho

CNJ = Conselho Nacional de Justiça

ECDF = Escola de Circo Dom Fernando

ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente

EPC = Escola Pernambucana de Circo

FHC = Fernando Henrique Cardoso

TEAR = Teatro do Araguaia

GCEAP = Grupo Especial de Controle Interno da Atividade Policial

IBGE = Instituto Brasileiro Geografia

IDF = Instituto Dom Fernando

IPEA = Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INSS = Instituto Nacional do Seguro Nacional

LBA = Lei Brasileira de Assistência

LOAS = Lei Orgânica da Assistência Social
MMMNR = Movimento de Meninos e Meninas de Rua
MP-GO = Ministério Público de Goiás
ONU = Organização das Nações Unidas
PCC = Primeiro Comando da Capital
PNAD = Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PBF = Programa Bolsa Família
Prouni = Programa Universidade Para Todos
PROEX = Programa de Extensão
PT = Partido dos Trabalhadores
PUC -GO = Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SIM = Sistema de Informação sobre Mortalidade
SSP -GO = Secretaria Segurança Pública de Goiás
SNDCA = Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
SUAS = Sistema Único de Assistência Social
TEAR = Teatro do Araguaia
URSS = União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA BASE DA FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL.....	17
1.1 O período colonial e a escravidão no Brasil.....	17
1.1.1 A acumulação violenta da riqueza no modo de produção capitalista.....	19
1.1.2 O Golpe contra o povo brasileiro: desmonte da democracia.....	22
1.1.3 Estado Democrático de Direito e a Constituição Cidadã.....	23
1.2 Exclusão social: e o conceito de subcidadania.....	27
1.2.1 O mito da democracia racial.....	29
2 NECROPOLÍTICA NO BRASIL.....	33
2.1 Extermínio da juventude negra: corpos não reconhecidos.....	33
2.2 Violência e drogadição – A guerra do narcotráfico.....	34
2.2.1 Adolescente e violência – vítima e protagonista.....	42
2.2.2 Inserção do adolescente na criminalidade.....	44
3 O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E O CIRCO SOCIAL.....	50
3.1 O circo moderno.....	50
3.1.1 Circo Popular: Araguaia Pão e Circo.....	51
3.1.2 Circo Social e Circo Escola.....	53

3.2 Rede Circo do Mundo.....	55
3.3 O Serviço Social no Circo Social.....	57
3.3.1 O Serviço Social e a interdisciplinaridade.....	58
4 ESCOLA DE CIRCO DOM FERNANDO.....	60
4. 1 Região Leste de Goiânia.....	60
4.1.2 Direitos e o protagonismo cidadão da juventude brasileira.....	64
4.2 Escola de Circo Dom Fernando (ECDF).....	66
4.2.1 Protagonismo juvenil – espaço de representatividade.....	69
4.3 O circo social e suas contribuições para transformação humana e social dos educandos/as.....	73
.....73	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
APÊNDICES.....	89

INTRODUÇÃO

A violência no Brasil é um fenômeno histórico presente desde o período escravagista, o racismo estrutural potencializa os atos de violência contra a população negra como alvo principal, um fenômeno resultante do contexto social de subcidadania e exclusão ao qual estão inseridos. A condição social de vulnerabilidade fomenta e propicia um cenário de violência onde todos na sociedade acabam se tornando vítimas. Mas para tantos, as camadas pauperizadas potencializam essa violência, em vários estudos e pesquisas podemos verificar que o índice de violência se acentua em lugares onde a exclusão social se expressa de forma gritante.

Diante deste fenômeno a pesquisa busca compreender o histórico da violência manifesta pelas atividades do narcotráfico no Brasil, bem como a captura de adolescentes na rede do tráfico de drogas em especiais negros oriundos de bairros periféricos. A drogadição e a criminalidade afetam todo o conjunto da sociedade, tendo o adolescente como autor tanto no consumo como no repasse de drogas, dentro de suas realidades, do mundo que os aceitam, eles acabam por serem levados pelo mundo do crime como forma de sobrevivência.

Enquanto expressão da questão social a violência e drogadição na adolescência tem exigido ações de cunho preventivo e de enfrentamento para ser possível uma outra realidade de vida afastando-os da marginalidade. A presente monografia intitulada: O Circo Social no Enfrentamento da Violência : o trabalho social da Escola de Circo Dom Fernando no enfrentamento à violência na região Leste de Goiânia 2018/2020, trata-se de um estudo que busca conhecer a metodologia do Circo Social como ferramenta de transformação humana e social, como proposta para o enfrentamento da violência e drogadição na adolescência na região Leste de Goiânia.

O problema que se colocou no centro da pesquisa foi: em que medida o Circo Social tem sido uma alternativa de enfrentamento violência? O interesse de estudo deste objeto se deu a quando da realização da disciplina de estágio supervisionado I e II do Curso de Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás realizado nos semestres de 2019/2 e 2020/1, na Escola de Circo Dom Fernando PUC/GO.

O trabalho social desenvolvido pela ECDF, tem representado uma alternativa de referência na vida dos educandos. Ações que contribui de forma significativa para formação e desenvolvimento, estimulando a autoestima, fortalecendo o vínculo social e os valores de

cidadania.

Tendo em vista o fenômeno e as particularidades da violência no contexto brasileiro, trabalhou-se os seguintes objetivos: que se constitui em debater a questão do adolescente em situação de vulnerabilidade, em especial pretos e pardos. Para tanto foram traçados os seguintes objetivos específicos: conhecer o processo histórico da violência estruturada na formação social do Brasil, analisar a violência perpassada pela necropolítica no Brasil, analisar o trabalho do Circo Social como ferramenta de transformação humana e social, conhecer o trabalho da Escola de Circo Dom Fernando como proposta de enfrentamento da violência e drogadição na região Leste de Goiânia.

A metodologia da pesquisa deu-se a partir de estudos bibliográficos e documental acerca das ações executadas por meio do circo social, avaliando a efetividade das ações no enfrentamento da violência e drogadição na adolescência. Para pesquisa de campo e sistematização dos dados, foram realizadas entrevistas com sete arte-educadores que foram em sua maioria também egressos da ECDF. O critério para escolha dos entrevistados foram suas contribuições acerca da metodologia do circo social no Brasil e em Goiânia. Foram também entrevistados dois egressos do circo social que não atuam como arte educadores para com o objetivo de entender as contribuições da ECDF em suas vidas

Para a investigação do fenômeno aplicou-se o estudo sobre o processo da violência tendo início no período escravagista perpassado pela necropolítica, conceito abordado pelo intelectual camaronense Mbembe, (2018). É sabido que grande parte da população negra que vive a violência por parte do Estado manifesta na exclusão social e desqualificação, condicionando-os a subcidadania, Souza, (2018).

A inserção do adolescente na violência sendo ele vítima ou protagonista é um fenômeno massivo na sociedade, um processo contínuo presente na realidade de jovens majoritariamente negros de bairros segregados, Trassi, (2006). Para o enfrentamento ao fenômeno o trabalho do circo social atua na perspectiva da promoção da cidadania fortalecendo o protagonismo juvenil Trindade, (2009). Enquanto expressão da questão social a violência exige ações interventivas que dialoga com as políticas públicas e sociais para atender as demandas dos sujeitos, Iamamoto (2015).

A monografia está estruturada em quatro capítulos. No primeiro capítulo aprecia-se o histórico da violência estrutural na formação social do Brasil, oriunda do processo escravagista na sociedade brasileira, bem como os avanços e retrocessos da democracia e os golpes de Estado

contra povo brasileiro. No segundo capítulo discorre sobre a necropolítica no Brasil e a violência exercida pelos agentes do Estado contra o povo brasileiro, com ênfase no processo de escravidão, sendo este uma das formas mais cruéis da violência contra o povo negro que se perpetua na atual conjuntura.

O terceiro abordará o trabalho do Circo Social como proposta no enfrentamento da violência, sendo uma ferramenta de transformação humana e social. Já no quarto e último capítulo será a sistematização das experiências, através dos dados coletados por meio das entrevistas realizadas com egressos, e arte-educadores do circo social.

1 CAPÍTULO – A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL NA FORMAÇÃO SOCIAL DO BRASIL

“De vários modos, continuamos a experimentar no século 21, um racismo muito mais perigoso do que o racismo institucional do passado. Trata-se de um racismo que está arraigado nas estruturas”

(Ângela Davis)

A violência está presente desde a formação do mundo, e no Brasil, ela é resultante de um longo processo histórico que se inicia com a invasão dos portugueses. Tem-se início, assim, o processo de domínio colonial em 1500, um regime estruturado e atravessado por intensas formas de violência, das quais uma das mais cruéis foi a escravidão, um crime contra uma população, contra um povo. A violência hoje se perpetua no racismo estrutural, na exclusão e desigualdade em que vivem a população negra.

1.1 O Período Colônia e a Escravidão no Brasil.

A escravidão do povo africano foi um dos momentos mais excruciantes do Brasil, com sevícias infligidas a milhares de homens, mulheres e até mesmo crianças. A forma de dominação exercida pelos senhores sobre os seus escravos era a forma de seu poder, mostrando-lhes seu controle sobre o corpo negro. Esse corpo negro era para seus senhores a força de trabalho que produziria e sustentaria o processo socioeconômico por meio da opressão e do domínio (MBEMBE, 2018).

Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho responde a uma necessidade e é utilizado. O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em “estado de injúria”, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidade intensos. O curso violento da vida de escravo se manifesta pela disposição de seu capataz em se comportar de forma cruel e descontrolada ou no espetáculo de sofrimentos imposto ao corpo do escravo (MBEMBE,2018, p.28).

De 1549 a 1542 estima-se que cerca de cinco milhões de africanos desembarcaram no Brasil para serem escravizados. Retirados dos seus lugares de origem, de suas famílias, forçados a se submeterem ao trabalho pesado, humilhante e viverem em condições desumanas e degradantes, quando vendidos aos seus senhores os negros eram alojados nas senzalas, lugar onde permaneciam acorrentados. Os negros, sendo forçados, hão de viver sob um forte regime de opressão e extrema violência, sofrendo as formas mais brutais de castigos e torturas a qualquer ameaça de rebelião (SANTOS,2013).

Várias foram as técnicas e instrumentos de torturas criadas para castigarem os escravos, que se traduziam não em excepcionalidades, mas direitos e práticas

costumeiras e muito frequentes e habituais. O chicote, o tronco, a máscara de ferro, o pelourinho eram recursos utilizados pelos senhores de escravos para manterem a disciplina e obediência de seus cativos (SANTOS,2013. p.05).

Algemas, palmatórias, gargalheira, peia, vira-mundo, esses eram alguns instrumentos usados pelos senhores para castigar e punir os negros que manifestavam alguma forma de resistência. Muitos negros tinham seus corpos marcados por ferro-para o castigo e punição nos trocos, lugar onde os negros ficavam por horas amarrados expostos ao sol, chuva, insetos, fome e outras intempéries. No tratamento desumano que durou mais de 350 anos, as mulheres negras, além da violência física, eram também violentadas por seus senhores (SANTOS,2013).

Perpassado pelas conexões mais amplas, os castigos físicos, medidos, justos, corretivos, educativo, moderado e exemplar dos escravos e escravas negras mantinham sua especificidade: exercício do poder senhorial e da reafirmação de sua dominação, sendo que eles estavam ligados à reprodução de uma relação de exploração direta do trabalho (SANTOS,2013,p.15).

Assim teve início o movimento abolicionista brasileiro. Em 1850, foi promulgada a Lei Eusébio de Queiroz, que acabava com o tráfico de escravos; em 1871, a Lei do Ventre Livre, em que os filhos das escravas não poderiam mais ser mantidos cativos; em 1885, por meio da Lei dos Sexagenários, é concedida a liberdade para os escravos com mais de 60 anos. O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a abolir a escravidão, execução lenta marcada pela resistência dos escravos nas senzalas e nos quilombos. Em 1880 as campanhas abolicionistas se intensificam, e somente no dia 13 de maio de 1888 a Lei Áurea extingue a escravidão no Brasil (FREYRE, 2003).

O período pós-abolicionista foi marcado por grandes contradições. Abandonados pelo Império, os escravos que antes viviam acorrentados, agora estão largados à própria sorte. A Lei Áurea não apresentou nenhum projeto de inclusão para as pessoas libertas. Sem trabalho, moradia, alimentação, escolas, saúde, em suma, sem nenhuma condição digna de sobrevivência, os ex - escravos passam a compor a maior parcela excluída, segregada e marginalizada (SOUZA,2017).

A hierarquia social estabelecida a partir da divisão de classes é o que delimita o lugar do negro na sociedade. A relação de poder torna evidente as formas de opressão manifestas no seio da sociedade racista e classista, estabelece e naturaliza a supremacia da classe dominante em detrimento da classe subalterna, a “ralé brasileira” (SOUZA,2017).

Mais abaixo ainda, dá-se a constituição histórica daquilo que chamo de “ralé brasileira”: composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação. A submersão na lavoura de subsistência ou a formação das favelas nas grandes cidades passam a ser o destino reservado pelo seu abandono. Temos aqui a constituição de uma configuração de classes que marcaria a modernização seletiva e desigual brasileira a partir de então (SOUZA, 2017, p. 47).

A população negra sai da senzala à procura de emprego e moradia perpetuando as desigualdades raciais, bem como a continuidade da violência expressa na área urbana. A liberdade os condiciona à exclusão, marginalização e abandono, o Estado negou a existência dos libertos. Sem um projeto de integração social, a população negra permanece sendo alvo de diversas formas de violência. O racismo estrutural perpetuado na sociedade delimita o lugar de inferioridade do povo negro (FREYRE,2003).

Uma relação desigual é estabelecida ao mesmo tempo em que é afirmada a desigualdade do poder sobre a vida. Esse poder sobre a vida do outro assume a forma de comércio: a humanidade de uma pessoa é dissolvida até o ponto em que se torna possível dizer que a vida do escravo é propriedade do seu senhor (MBEMBE,2018 p. 29).

Uma sociedade escravocrata estruturada na violência, elitismo e exclusão manifesta o racismo aberto e escancarado que desumanizando a população negra, como mecanismo de perpetuação das condições de miserabilidade e pauperismo inseridos em um contexto de subordinação. À população negra estão destinados salários mais baixos, empregos precários, exploração e subcidadania sem perspectiva ou oportunidade alguma de melhorias e superação dessa condição de exploração (SOUZA,2018).

Essa hierarquia valorativa implícita e ancorada institucionalmente de forma invisível enquanto tal é quem define quem é ou não gente, sempre segundo seus critérios contingentes e culturalmente determinados, e, por consequência, quem é ou não cidadão, na medida em que, como vimos, a eficácia da regra da desigualdade que constituía noção de cidadania precisa estar efetivamente internalizada e incorporada pré-reflexivamente, também nessa dimensão subpolítica da opacidade cotidiana, para ter validade efetiva (SOUZA,2018,p.25).

Para o sociólogo Jessé de Souza, grande parcela das classes populares, em especial os negros, são tratados como subcidadãos. Estão condenados a uma situação estrutural de exclusão social, sofrendo intensa exploração econômica, além de sofrerem processos contínuos de humilhação e desumanização (SOUZA,2018).

1.1.1 A acumulação violenta da riqueza no modo de produção capitalista.

Dadas as transformações sociais, econômicas e produtivas, a intensa busca do capital pelo lucro, bem como o avanço tecnológico, a classe trabalhadora está exposta às formas de opressão e exploração desenvolvidas na relação capital/trabalho. O trabalhador tem sua força de trabalho como mercadoria que é vendida ao capital recebendo em troca seu salário (IAMAMOTO,2015).

Em uma sociedade atravessada pela luta de classes, no antagonismo das relações sociais vigentes, o valor do indivíduo está em sua força de trabalho, no quanto pode produzir e reproduzir para a manutenção do capital. Na relação de capital e trabalho, o trabalhador se torna

um capital vivo, sendo obrigado a vender sua força de trabalho para buscar meios de subsistência (SCHONS,2015).

A sociedade capitalista é, por excelência, uma sociedade em que predominam a produção e a circulação de mercadorias e em que, pela primeira vez, a própria força de trabalho adquire caráter de mercadoria. Para que os proprietários de mercadorias possam vendê-las ou trocá-las entre si, pressupõe-se que a mercadoria de um indivíduo supra uma necessidade, tenha um valor de uso para outro indivíduo e vice-versa (SILVA, 2016, p.25).

Assim sendo, o trabalhador produz a riqueza que será apropriada pelo capitalista, e é nessa relação contraditória, na qual a exploração de uma grande maioria resulta na riqueza de uma pequena minoria, que decorrem as mazelas sociais. A automação industrial intensificou ainda mais a jornada de trabalho, expostos a condições excessivas de produtividade e na precarização do trabalho (IAMAMOTO,2015).

Com o aumento da industrialização ocorre o deslocamento da população do campo para a cidade. O fenômeno conhecido como “êxodo rural” é um processo da expansão e da industrialização que conseqüentemente levou um grande número de trabalhadores para as grandes metrópoles. Em busca de melhores condições de vida, essa população teve que se submeter a condições precárias de moradia e empregos de baixa remuneração. O inchaço populacional deu início ao processo de favelização, segregação, violência urbana, crescente número da população em situação de rua e marginalização das classes subalternas (SILVA,2016).

O aprofundamento da pobreza cria um cenário de exclusão e pauperização. Esse arranjo é inerente ao modo de produção capitalista, presente nas relações sociais contraditórias entre capital/trabalho, de exploração do proletariado, na qual o trabalhador produz a riqueza e não se apropria dela, aumentando assim o capital (IAMAMOTO,2017).

O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses (CARVALHO e IAMAMOTO, 2015, p.134-135).

Até o final do século XIX, o povo brasileiro vivia à margem de um sistema econômico centrado no cultivo do café e no poder hegemônico das oligarquias. Sob o poder do Estado Oligárquico, os trabalhadores – entre eles crianças, adolescentes e mulheres –, eram submetidos ao trabalho excessivo e desumano, sem direitos trabalhistas, em lugares insalubres. As grandes mobilizações do proletariado, como a Greve Geral de 1917, engrossaram e fortaleceram os movimentos sociais e as reivindicações trabalhistas (SILVA, 2016).

Os efeitos da crise de 1929 aprofundaram os problemas coletivos, pois a queda da

exportação do café trouxe grandes prejuízos econômicos e sociais. Com a falência de grandes empresas, houve o aumento do subemprego e do desemprego em massa dos proletariados. Recém-chegado ao poder após a Revolução de 1930, Getúlio Vargas, com seu desempenho populista, trouxe vários avanços para a sociedade, tomando medidas para o enfrentamento às expressões da questão colocada, como o Estado de Bem Estar Social, um “Estado interventor e renovador” (SOUZA,2017):

Depois do lento processo de modernização de fora para dentro que o Brasil sofre a partir de 1808 –seguido da libertação formal dos escravos e da entrada de milhões de imigrantes no início do século XX, formando uma classe trabalhadora rural e urbana de tipo novo –, os fatos mais importantes para nossa narrativa acontecem nos anos 1930. O grande divisor de águas é a entrada do Estado como variável novado desenvolvimento brasileiro. É óbvio que o Estado existia antes. Mas nunca havíamos tido um Estado interventor e reformador. É isso que o Estado Novo e a figura de Getúlio Vargas significam (SOUZA,2017, p.64).

Em seu primeiro mandato, conhecido também como Governo Provisório, Vargas investiu na Previdência Social em 1930 com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Departamento Nacional de Trabalho. A primeira lei sindical brasileira, de 1931, dispõe de direitos como as férias anuais para trabalhadores dos bancos e comércios e o fim do trabalho para crianças menores de doze anos (PINHO e BEZERRA,2017).

Já na Constituição Federal de 1934 é criada a justiça eleitoral, o direito ao voto direto, direito de voto das mulheres e a implementação dos direitos trabalhistas sendo: salário-mínimo, jornada de trabalho de oito horas, proteção ao trabalho dos menores de 14 anos, férias anuais remuneradas, indenização ao trabalhador despedido e assistência médica e sanitária ao trabalhador. Em 1º de maio de 1940 é criado o salário-mínimo (PINHO e BEZERRA, 2017).

Em 1943 é publicada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) regulamentando o trabalho urbano e rural: carteira de trabalho, área de segurança e medicina do trabalho, salário-maternidade e férias remuneradas. Na Constituição de 1946, o então presidente Eurico Gaspar traz inovações nas leis trabalhistas, como: o repouso semanal remunerado, proibição do trabalho para menores de 14 anos, jornada de trabalho de oito horas e direito à greve, assistência aos desempregados, seguro-desemprego obrigatório, assistência acidente, estabilidade ao trabalhador rural, assistência à maternidade, infância e adolescência (PINHO e BEZERRA, 2017).

Durante quinze anos Getúlio Vargas permaneceu no poder em um contexto autoritário e repressivo aos seus opositores. De 1937 a 1945 tem-se a ditadura varguista e o Estado Novo. Após esse íterim, o então presidente é deposto, retornando novamente ao poder em 1951 eleito democraticamente. Permaneceria até 1954, quando supostamente teria se suicidado (SILVA,

2016).

João Goulart assume a presidência em 1961 em um mandato marcado por fortes intenções de mudança, dando continuidade às propostas de cunho social do governante anterior. Em seu programa de governo Jango queria investir nas reformas de base, com propostas também para a reforma agrária, preocupando-se em fortalecer o movimento dos sindicatos dos trabalhadores com a extensão das medidas Previdenciárias (PINHO e BEZERRA, 2017).

Em seu governo o presidente em questão sancionou a lei do 13º salário, se engajou junto aos movimentos sociais e dos sindicatos que reivindicavam seus direitos trabalhistas e sociais. Jango apostava no projeto do Plano Trienal – com o qual pretendia reduzir a inflação – e nas reformas de base agrária, tributária, bancária, urbana, educacional e eleitoral. Projetos que foram frustrados pelo partido da oposição e a forte conspiração dos grupos de conservadores, civis, militares e estrangeiros. Após um levante militar se instaura o golpe decretando o 1º Ato Institucional, que levaria Humberto Castello Branco à presidência da república (SILVA,2016).

1.1.2 *O Golpe contra o povo brasileiro: desmonte da democracia.*

Sob o governo do General Artur da Costa e Silva o regime autoritário se intensifica pautado na violência e repressão. Em 1967, Costa e Silva promulga uma nova Constituição buscando legitimar seu governo. Para tanto, aumenta o poder do Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário. Em seu governo foi instruído o Ato Institucional nº 5 (AI-5), um dos decretos mais execráveis durante a Ditadura Militar que resultaria no fechamento do Congresso, na censura à oposição, retirando também a liberdade de expressão dos jornais e da imprensa (SILVA, 2016).

A ditadura militar instaurada em abril de 1964 teve fim somente em março de 1985. Sistema político pautado no autoritarismo extremo, o regime adotou uma ideologia de repressão, torturas e censuras a todos os adversários políticos, impedindo qualquer participação da população sob a ordem vigente não democrático (SILVA,2016).

O golpe de 1964 realiza na prática o acordo antipopular da elite e da classe média ao levar ao paroxismo a constituição de uma sociedade baseada no mais completo *apartheid* de classes. Passa a existir um mercado de produtos restritos para as classes do privilégio e outro mercado pior e mais precário para as classes populares. Além disso, também todos os serviços, inclusive os do Estado, passam a institucionalizar e separar a escola de classe média da escola dos pobres, hospital da classe média e hospital para pobres, bairros de classe média e bairros para pobres, e assim por diante (SOUZA,2017,p.82).

Foram vinte e um anos de ditadura militar, um período de retrocessos, do aprofundamento da pobreza, violência e marginalização. Além da redução de direitos, -alta inflação na economia

e dívida externa após as crises do petróleo, o país é imerso no desemprego, colocando milhares de famílias na extrema pobreza com o aumento da desigualdade social. Em 1984, diante das crises e do crescimento da pobreza, o povo decide ir às ruas na grande mobilização social que ficou conhecida como “Diretas Já”, em reivindicação pelo voto direto e o fim da ditadura (SILVA,2016).

Mesmo perdendo a emenda, os movimentos sociais foram relevantes para enfraquecer a base civil do aparato militar, que presencia o enfraquecimento gerado pelo descontrole da situação. Em 1985, Tancredo Neves é eleito o primeiro presidente civil pelas eleições indiretas, mas morre antes de tomar posse, assumindo o mandato seu vice, José Sarney. Este último deu início ao processo de redemocratização do Brasil, repondo a liberdade dos partidos de expressão política e da imprensa (SILVA,2016).

1.1.3 *Estado Democrático de Direito e Constituição Cidadã.*

Um dos grandes marcos para o povo brasileiro foi a promulgação da Constituição Federal em 1988, também denominada Constituição Cidadã, com princípios anteriormente pautados nas Constituições de 1934 e 1946. Marco da reestruturação política e redemocratização do Brasil, determina a ampliação da liberdade, dos direitos e garantias, direito de voto aos analfabetos e jovens de 16 anos, fim da censura nos meios de comunicação, leis contra o racismo e o preconceito, voto direto e participação democrática, além da demarcação de terras indígenas (BRASIL,1988).

Em relação aos direitos trabalhistas, apresenta-se uma proteção maior aos trabalhadores, como redução de 48 para 44 horas semanais, seguro-desemprego, férias remuneradas, 13º salário e licença-maternidade, ampliada de 3 para 4 meses para as mulheres e 5 dias para os homens. A Constituição de 1988 institui um Estado Democrático de Direito, “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais, individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça”, (BRASIL,1988, p. 07).

A Constituição colocava os interesses e os direitos da população como prioridade, ampliando o conceito de cidadania, qualificando, valorizando e reconhecendo a pessoa como ser integrado em um estado democrático. Entretanto, para grande parte da população, tanto direitos políticos quanto sociais ainda seguem como letra morta. Esse contingente expressivo vive privado de direitos e limitado em relação ao exercício da cidadania. São seres humanos marginalizados, excluídos do contexto social, político e econômico, impedidos de atuar enquanto sujeitos dignos de seus direitos, inseridos em um grupo social onde a pobreza tem se

tornado absoluta (SILVA,2016).

Os desafios para a concretude da Nova Constituinte se manifestavam nos governos conservadores e progressistas com a implementação da ideologia neoliberal de um estado ausente e excludente. Neste modelo, era possível burlar as regras para atender os interesses da elite e do mercado internacional, enquanto o povo, a classe trabalhadora, passava pela escassez de políticas públicas e sociais garantidas na Constituição Federal como dever do Estado (BATISTA,1994).

Durante os governos de direita, com a implementação de uma política neoliberal iniciada no governo de Fernando Collor e continuada no governo de Fernando Henrique Cardoso, a pobreza que se intensificou na ditadura se estendeu por um longo tempo. Esse fenômeno se acirra após as crises políticas e econômicas que permearam o comando dos neoliberais, pois esses grupos, assumindo o compromisso com o mercado internacional, afundam o país em inúmeras dívidas externas (BATISTA,1994).

Terminados dois mandatos de governo, FHC deixa o posto e o assume Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. De operário a presidente da república, Lula deu início a uma política democrática de direito. Advindo da classe trabalhadora, era representante dos movimentos sociais que lutaram em defesa dos trabalhadores. O Brasil experimentou a retomada do crescimento econômico e a redução da desigualdade social para a população que vivia na extrema pobreza (BATISTA,1994).

Lula transcendia os limites do neoliberalismo e de sua oposição conservadorismo/progressismo. Investimentos maciços em educação e melhoria e universalização dos serviços públicos fariam o país viver, pela primeira vez, uma atmosfera social-democrata de crescente conquista de direitos e aumento do consumo popular. Essa mudança histórica da política brasileira se dava sem a destruição do pacto rentista com as elites (SOUZA,2020, p,140-141).

Lula mudou a realidade de milhões de brasileiros, apostou e investiu na implementação de políticas públicas que atendessem as necessidades da população pobre. Dando prioridade a programas de educação alimentar como Fome Zero, Lula ampliou um dos maiores programas de transferência de renda, o Bolsa Família (PBF), responsável por tirar milhares de brasileiros da pobreza e extrema pobreza; o sistema de cotas para as pessoas negras, que tiveram acesso às universidades públicas e particulares, bem como o Programa Universidade Para Todos (Pro Uni). Com o programa Minha Casa, Minha Vida, as famílias de baixa renda puderam financiar suas casas ou apartamentos a baixo custo (GRABOIS e CAVALCANTE,2016).

Justiça seja feita, o povo brasileiro se sobressaiu e fez bom uso dos recursos do Bolsa Família, dando aos filhos o que lhes foi negado por governos anteriores. Por outro

lado, o programa Brasil Carinhoso garantiu o direito as mães e as crianças na primeira infância; os médicos chegaram as comunidades longínquas, em lugares que jamais nenhum médico sequer havia pisado. Os cotistas universitários mostraram aos preconceituosos um desempenho muito superior ao previsto. Nada disso foi esmola, como muitos insistem em sustentar, isto é, na verdade exemplo de Estado que garante dignidade (GRABOIS E CAVALCANTE,2016, p. 74).

Desde a Constituição Cidadã, em seus dois mandatos Lula buscou garantir os mínimos sociais, resultado de mobilizações da sociedade civil buscando dignidade humana. Após o término do mandato, Dilma Rousseff chega à presidência, eleita democraticamente por 54 milhões de votos, sendo a primeira presidenta do Brasil. Deu continuidade a um governo democrático e avançou nas políticas públicas da população mais vulnerável (GRABOIS, CAVALCANTE,2016).

Em defesa dos direitos fundamentais, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) teve várias conquistas e também retrocessos, posto que ainda há muito a se fazer para que o povo goze de sua plena cidadania. Todas essas mudanças no cenário brasileiro ocasionaram o golpe contra o governo Dilma, um ataque ao povo brasileiro e à democracia (GRABOIS, CAVALCANTE,2016).

A utopia democrática, a liberdade de participação do povo na tomada de decisões, o Estado onde a vontade do povo é prioridade e soberana. Politicamente seria essa a definição de um Estado Democrático de Direito segundo a Carta Magna. Em um país periférico como o Brasil, o Estado se torna inimigo do povo. Aqueles que fizeram o compromisso de defender a Constituição Federal não são capazes de assegurar aos milhares de brasileiros seus direitos sociais e individuais, sua liberdade e segurança, seu bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça (YAROCHEWSKY,2016).

A luta contra a corrupção para defender a cidadania e manter a democracia é também a luta do povo brasileiro trabalhador pela justiça social, pelo direito à saúde, educação, cultura, empregos bem remunerados. É uma luta para sobreviver de forma digna. As poucas conquistas da classe trabalhadora durante as gerências do PT trazem sobre a elite grande desconforto – ao ver o filho da empregada em uma universidade, ou tendo acesso a bens de consumo como carro, casa própria, ou quando a senzala começa a ocupar espaços de protagonismo cidadão saindo do lugar de submissão e subordinação (YAROCHEWSKY,2016).

A elite, por sua vez, jamais se conformou com a ascensão da esquerda ao poder e da melhoria das condições de vida dos mais pobres e vulneráveis da sociedade. Em nome da diferença e de uma idiota discriminação, a classe alta e a classe média/alta com o receio de perder seus serviços se agastaram profundamente com o acesso dos mais pobres aos lugares e aos bens de consumo antes restrito a eles. Até a presença em universidades, graças a programas do governo, chocaram a elite dominante. Para os que se situam próximos ao topo da pirâmide social os invisíveis jamais deixariam a

invisibilidade (YAROCHEWSKY,2016, p.239).

O golpe se repetia agora em 2016 tendo como alvo o PT, bem como as conquistas do povo brasileiro, um golpe de cima para baixo, dos neoliberais contra os trabalhadores. Após denúncia infundada contra a presidente Dilma, o grupo de conservadores deu início ao processo de *impeachment* ou melhor dizendo um “golpe de estado”. Um golpe articulado entre deputados progressistas, retrógrados e machistas para destituir a primeira representante feminina eleita democraticamente no Brasil (YAROCHEWSKY,2016).

Não há espaço para a vida fora do estado democrático de direito. Não há espaço para as diversas maneiras de existir, de ser e de pensar sem que a nossa Carta Magna seja respeitada. Todas as conquistas recentes das populações historicamente massacradas, humilhadas, discriminadas e abandonadas deste país fundamentam-se na nossa Constituição, pois ela é, em essência, um tratado de Direitos Humanos. É isso tudo que está em jogo quando se desenha um golpe de estado no país (GRABOIS, CAVALCANTE,2016, p.78-79).

Com denúncias contraditórias e ausência de provas imputadas à presidenta se conferia um crime de responsabilidade, um verdadeiro atentado à Constituição. Com os votos da maioria dos deputados Dilma teve seu mandato cassado e deixa o congresso. Aqueles que votaram a favor do golpe, decidiram também ir contra o Estado Democrático de Direito, dando início ao retrocesso e à retirada de direitos, o que resultaria em desordem social (YAROCHEWSKY,2016).

Uma desordem que atingiria a camada trabalhadora e os direitos até então conquistados, como a Reforma da Previdência aprovada pelo Senado, genuíno ataque aos direitos outrora conquistados pela mobilização dos movimentos sociais de base classista. A Emenda Constitucional entrou em vigor em 2019. As regras da Nova Reforma da Previdência, preveem a aposentadoria de contribuintes mulheres aos 62 anos, e homens, aos 65 anos. O tempo de contribuição para o INSS é de pelo menos 15 anos. (BIAVASCHI,2016).

A ideia de democracia tem como pressuposto essencial a possibilidade de aprendizado coletivo através do debate público. Isso é uma pré-condição para a emancipação social, política e econômica da população como um todo por meio da generalização de direitos percebidos como universais. É exatamente esse conjunto de ideias que está, agora, sob ataque cerrado (SOUZA,2020, p.166).

Os cortes na Assistência Social, educação, saúde, na ciência e demais setores acirram as desigualdades sociais. O congelamento do Bolsa Família, o índice de desemprego, do qual resulta maior número de empregos informais, é a realidade de um governo que massacra a proteção social conquistada através das lutas e mobilizações sociais. A sociedade brasileira é atravessada pela luta de classes, luta que se intensifica quando vivemos o retrocesso do Estado de direito e a legitimação da política neoliberal com o Estado de exceção (BIAVASCHI,2016).

Um conjunto de partidos que sustenta o sistema político-econômico, os golpes contra o

povo, contra a democracia, aprofundaram as desigualdades sociais. As mazelas do capitalismo são contínuas construções históricas presentes no berço da sociedade brasileira. Uma grande engrenagem de exclusão, o Brasil é construindo com fragmentos de democracia cercado por golpes contra o povo brasileiro expressa em uma cultura autoritária. Não haverá cidadania enquanto a democracia estiver sendo violada (SOUZA,2018).

1.2 Exclusão social e o conceito de subcidadania.

O sociólogo Jessé de Souza criou o conceito de subcidadania para caracterizar a população excluída da vida política, econômica e social, ou seja, aquelas pessoas que não exercem seus direitos enquanto cidadãos porque lhes são negadas várias instâncias. A falta de acesso a políticas públicas, emprego bem remunerado, cultura, esporte, lazer, dentre outras áreas, delimita a população pobre a uma situação de isolamento social (SOUZA,2018).

A subcidadania tem suas raízes na estruturação escravocrata. Com a abolição dos escravos houve um processo de exclusão em massa. A população negra buscava formas de sobrevivência. Sem garantia de direitos, sem acesso à habitação, saúde, educação, acabavam se instalando nas ruas das grandes cidades, o que ocasionou o aumento de indivíduos em situação de rua, da criminalidade e da violência (SOUZA,2018).

O Brasil não simplesmente abandonou os escravos e seus descendentes à miséria. Os brasileiros das classes superiores cevaram a miséria e a construíram ativamente. Construiu-se uma classe de humilhados para assim explorá-los por pouco e para construir uma distinção meritocrática covarde contra quem nunca teve igualdade de ponto de partida. Não se entende a miséria permanente e secular dos nossos excluídos sociais sem esse ativismo social e político covarde e perverso de nossas classes “superiores” (SOUZA,2017, p.97).

Com a migração em massa de ex - escravos e com o êxodo rural em que milhares de famílias saem em busca de empregos e moradias nas grandes metrópoles. Sem acesso à terra essa população começa a levantar seus barracos em lugares improvisados como morros, cortiços, e ambientes insalubres. Esse processo de favelização resultou na segregação e marginalização das classes subalternas (SOUZA,2018).

O negro torna-se vítima da violência mais covarde. Tendo sido animalizado como “tração muscular” em serviços pesados e estigmatizado como trabalhador manual desqualificado – que mesmo os brancos pobres evitavam –, é exigido dele agora que se torne trabalhador orgulhoso de seu trabalho. O mesmo trabalho que pouco antes era o símbolo de sua desumanidade e condição inferior. Ele foi jogado em competição feroz com o italiano, para quem o trabalho sempre havia sido motivo principal de orgulho e de autoestima. Belo início da sociedade “competitiva” entre nós (SOUZA,2017, p.47).

Arquitetado de cima para baixo, o Estado Periférico Brasileiro privilegia os interesses do capital estrangeiro, desconhecendo as demandas da grande maioria da população. Operado sob o comando do capital e do estado burguês, o desenvolvimento do capitalismo tardio cria

um cenário contraditório e excludente em grande proporção oriundo da desigualdade social. Tal como nos tempos das oligarquias rurais, o poder constituído instrumentaliza o Estado para beneficiar uma minoria – 20% da população –, condenando a maioria do povo, particularmente os trabalhadores braçais, pretos e pardos, à exclusão social (SILVA,2016).

A desigualdade social resulta do processo de má distribuição de renda cujo reflexo cria um abismo cada vez maior entre ricos e pobres. A desigualdade em uma sociedade periférica como a do Brasil assume o dito fenômeno em massa, o que determina a realidade de milhares de brasileiros que vivem na pobreza e na extrema pobreza. Esses milhares vivem a marginalização de Estado excludente e seletivo (SILVA,2016).

Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de “homem livre”. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. A ação concomitante da extinção das estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até nobilitantes, mostra o grau dramático para esse setor da nova configuração de vida econômica (SOUZA,2017, p.47).

A pobreza vem se intensificando ao longo dos anos e faz parte do cotidiano de milhares de famílias que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social, expostos à agudização das mazelas do capitalismo. Um fenômeno estrutural na sociedade brasileira que resulta do processo de acumulação e reprodução do capital no qual grande parte das riquezas acumuladas se concentram nas mãos de uma minoria hegemônica (MELLO, 2013).

Assim, pobreza e exclusão no Brasil são faces de uma mesma moeda. As altas taxas de concentração de renda e de desigualdade – persistem em nosso país – convivem com os efeitos perversos do fenômeno do desemprego estrutural. Se, de um lado, cresce cada vez mais a distância entre os “excluídos” e os “incluídos”, de outro, essa distância nunca foi tão pequena, uma vez que os incluídos estão ameaçados de perder direitos adquiridos. O Estado de Bem-estar (que no Brasil já foi muito bem apelidado de Estado de Mal-estar) não tem mais condições de assegurar esses direitos. Acresça-se a isso tudo a tendência política neoliberal de diminuição da ação social do Estado (WANDERLEY, 2014, p.26).

Não deveria existir nenhum tipo de carência, já que no Brasil a produção de riquezas é suficiente para todos viverem de forma digna. Contudo, a má distribuição de renda faz com que a riqueza se concentre nas mãos de uma minoria, enquanto o quantitativo mais expressivo das famílias brasileiras vivencia a intensificação das expressões da questão social, como a pobreza e miséria, drogadição e violência, segregação.

A pobreza e a desigualdade fazem parte da realidade do Brasil. Esta resulta, dentre outros fatores, do nível e da forma de distribuição dos recursos totais de uma sociedade entre sua população. Desse modo, a pobreza brasileira é resultado de um processo de desenvolvimento econômico desigual, em parte da população não se beneficia com oportunidades de capacitação, nem tem liberdade e acesso a direitos universais, tais como a educação e saúde. (MELO, 2013, p.12).

A desigualdade social é a principal causa da ruptura dos vínculos sociais, gerada a exclusão como parte de um processo próprio do capitalismo, privando os cidadãos de seus direitos civis, oportunidades sociais e liberdade política. O processo de exclusão dessa população abrange todas as áreas em que se vive, tanto material e cultural, quanto política e econômica. A desigualdade atinge majormente a população negra (WANDERLEY, 2014).

1.2.1 O mito da democracia racial

O processo de modernizações excludentes, inerentes contradições do modo de produção capitalista, tem consequências absurdas refletidas nas periferias. A marginalidade, precarização do trabalho, pobreza e o não reconhecimento cidadão de parte significativa da população pobre naturaliza e fortalece a reprodução da exclusão e desqualificação social. A pauperização em massa dos brasileiros expressa na desigualdade caracteriza os excluídos como “subcidadãos” (SOUZA,2018).

Em sociedades periféricas como a brasileira, o *habitus* precário – que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais preconizados como subprodutos e subcidadãos, e isso, sob a forma de uma evidência social inofismável, tanto para os privilegiados com para as próprias vítimas da precariedade – é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que o que diferencia, substancialmente, esses dois tipos de sociedade é a produção social de um alé estrutural nas sociedades periféricas (SOUZA,2018,p.252 – 253).

Essa ideologia meritocrática do capitalismo acaba por transferir a responsabilidade da desordem social aos grupos excluídos. Isso engendra em suas vidas o sentimento de culpa, inferioridade e fracasso, como se fosse possível superar tamanha desigualdade, já que a esses setores, o acesso à educação, saúde, trabalho, alimentação de qualidade, cursos profissionalizantes, são restritos (SOUZA,2018).

Notoriamente as chances dos subcidadãos vencerem essa competição não são as mesmas, visto que a linha de partida para alguns está a poucos passos da linha de chegada. Para os subcidadãos, a linha de chegada é inatingível, pois não tiveram as mesmas oportunidades, pois seus direitos estão sendo violados por um Estado que não os reconhece como cidadãos (SOUZA,2018).

A circunstância de naturalização da desigualdade periférica não chega à consciência de suas vítimas, precisamente porque construída segundo as formas impessoais e peculiarmente opacas e periféricas, de uma ideologia espontânea do capitalismo, que traveste de universal e neutro o que é contingente e particular (SOUZA,2018, p.257).

O processo de exclusão e desclassificação social delimita o espaço dos sujeitos e classes subalternas à invisibilidade e incapacidade. O não reconhecimento dos subcidadãos reflete na autoestima de cada indivíduo, que internaliza o sentimento de inferioridade e a aceitação da subordinação. O abandono e o descaso do Estado com esse contingente intensificam o processo de marginalização, perpetuando e naturalizando a desigualdade na sociedade brasileira (SOUZA,2018).

O excluído, majoritariamente negro e mestiço, é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas, sim, pelas viaturas de polícia com licença para matar pobre e preto. Obviamente, não é a polícia a fonte da violência, mas as classes média e alta que apoiam esse tipo de política pública informal para higienizar as cidades e calar o medo do oprimido e do excluído que construiu com as próprias mãos. E essa continuação da escravidão com outros meios se utilizou e se utiliza da mesma perseguição e da mesma opressão cotidiana e selvagem para quebrar a resistência e a dignidade dos excluídos (SOUZA,2017, p.50,51).

No Brasil, a desigualdade se evidencia de forma agravada na realidade da população negra. Os dados do informativo Desigualdade Social por Raça e Cor no Brasil, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que um total de 75% da população negra está entre os mais pobres, enquanto 70% dos brancos estão entre os mais ricos (IBGE,2018).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua 2019, a população brasileira é composta por 47,7% autodeclarados brancos, 46,8% autodeclarados pardos, 9,4% autodeclarados pretos e 1,1% autodeclarados amarelos ou indígenas. As estatísticas mostram a condição de vida dos brasileiros por raça ou cor: Dados do Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade – (SIM) e IBGE do ano de 2018.

O quadro 1 apresenta informações sobre as condições de vida populacional com dados das desigualdades evidenciadas por raça ou cor no país. Os números trazem indicadores por raça ou cor, sendo elas branca, preta ou parda, e por sexo. O gráfico sublima a participação no mercado de trabalho, na política, ocupações informais, população carcerária e taxa de homicídios de 2017 a cada 100 mil jovens de 15 a 20 anos de idade (IBGE,2018)

O quadro 1 podemos observar a manifestação da desigualdade na desvantagem da gente negra em relação à branca, processo de exclusão e subordinação permanente em uma sociedade escravocrata. Historicamente, o negro sempre esteve na base da pirâmide social brasileira. Devido aos empregos de baixa remuneração, falta de qualificação profissional e baixa escolaridade, o negro não consegue concorrer aos cargos públicos bem remunerados (SOUZA,2017).

Quadro 1. Dados da desigualdade social por raça ou cor no Brasil, 2018.

População	Total	Branca	Mulheres brancas	Homens brancos	Negros ou pardas	Mulheres negras ou pardas	Homens negros ou pardos	Idade
Pessoas abaixo da linha de pobreza / inferior a US\$ 1,9 por dia. 2018	6,5	3,6			8,8			
Pessoas abaixo da linha de pobreza / inferior a US\$ 5,5 por dia 2018	25,3	15,4			32,9			
Cargos ocupados no mercado de trabalho 2018.		68,6%			29,9%			
Representação na política, Deputados federais eleitos / 2018.		75,6%			24,4%			
Cargos gerenciais 2018		68,6%			29,9%			
Representação em ocupações informais 2018.			34,7%	34,4%		47,8%	46,9%	
População carcerária 2018.		35,05 %			61,85%			
Taxa de homicídio por 100 mil jovens 2017.	34,0		5,2	63,5		10,1	185,0	15 a 20 anos

Fonte: IBGE, Informativo: Desigualdade Social por Raça ou Cor no Brasil, Coordenação de População e Indicadores Sociais 2018.

Um dos avanços para a juventude negra foi a inserção no ensino superior, possível através das ações afirmativas, popularmente conhecidas como cotas. Conforme o IBGE, em 2018, 50,3% dos matriculados nas universidades e faculdades públicas eram negros.

O estigma reforça e naturaliza o sentimento de inferioridade dos subcidadãos. A exclusão da classe subalterna é por vezes justificada pelo processo violento de classificação e desclassificação social. É ele quem delimita o espaço de pertencimento de cada indivíduo na sociedade, daqueles que consequentemente herdaram o ódio de uma sociedade racista e classista estando condenados a viverem em um regime escravocrata permanente (SOUZA,2017).

Responsabilizados por sua própria miséria, a culpabilização se dá a partir dos princípios meritocráticos de que “só não vence na vida quem não se esforça”. Tal superação se tornaria possível pelo próprio desempenho de cada indivíduo, o que seria a meritocracia em uma sociedade desigual, excludente e seletiva onde as oportunidades são da minoria que detém o poder, e a maioria vive em desvantagem, econômica, social, cultural.

2 CAPÍTULO - NECROPOLÍTICA NO BRASIL

“Eles combinam de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”

(Conceição Evaristo)

O racismo estrutural no Brasil estrutura-se na sociedade pautada de uma política de exclusão e segregação da população negra. A necropolítica no Brasil trata-se de um conceito voltado a violência por parte dos agentes do Estado como forma de repressão, praticada diretamente contra o povo negro, perpetuando a violência presente no período escravagista até os dias atuais.

Neste capítulo serão apresentadas as discussões acerca do extermínio da juventude negra, a violência policial, a guerra do narcotráfico, a inserção do adolescente na criminalidade. Um discurso que trata da perpetuação do racismo, o Estado e seus representantes como autores da violência contra a população negra e periférica.

2.1 O Estado na produção da morte, controle e poder da população negra.

Para o cientista político e filósofo camaronense Achille Mbembe, o conceito de necropolítica está diretamente ligada aos arranjos do capitalismo presente no estado de exceção permanente. A necropolítica é a participação dos agentes do Estado na produção da morte, podendo decidir “quem vive ou quem morre” na ideologia do “bandido bom é bandido morto”. O Estado exerce a soberania mantendo seu controle e poder sobre o povo pela repressão, violência, morte e terror reproduzidos por seus representantes militarizados (MBEMBE, 2016, p.135).

A morte é um imperativo quando as condições de vida não são asseguradas. Essa máxima direciona a reflexão acerca das agências sobre a morte no Brasil, determinadas por necropolíticas agenciadas pelo Estado Brasileiro e direcionadas a uma população, não por acaso a sua maioria: a população negra (CARVALHO, 2019, p.01).

A política de morte traz a naturalização da violência já enraizada na sociedade, permitindo a ação do Estado de forma violenta e letal como um mecanismo de enfrentamento às crises na segurança pública. O estado legitima e instaura uma política de morte fundamentada na repressão e violência, assim sendo os agentes do Estado exterminam sem precisar se justificar. Trata-se da violência exercida contra uma determinada população, que está predestinada, marcada de maneira profunda, a viver uma vida de miserabilidade (MBEMBE, 2018).

Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “este velho direito soberano de matar”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possível as funções assassinas do Estado (MBEMBE,2018, p.18).

Por décadas o Brasil se alicerça no racismo estrutural e o passado escravocrata é um fio condutor para o antagonismo das classes. Como um sistema econômico, a violência é o exercício da classe dominante para a manutenção do domínio sobre a classe subalternizada. A desumanização e coisificação da população negra é a manifestação da violência em sua forma mais cruel, é a desclassificação de toda uma população que teve seu passado interdito e seu futuro interrompido (MEDEIROS,2018).

De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é expulsão fora da humanidade) (MBEMBE,2018, p.27).

O racismo perpetuado nos corpos negros subjuga-os ao não reconhecimento social e a negação de sua humanidade. É o retrato de uma sociedade racista, de um sistema opressor que determina o valor do sujeito de acordo com sua cor, raça e classe. Encontra-se estabelecida uma relação de conflitos entre as classes (SOUZA, 2018).

2.1.2 Extermínio da juventude negra: corpos não reconhecidos.

A violência exercida por parcela da sociedade contra parte de seus membros é uma forma de controle baseada em estratégia de repressão. A comunidade negra está diretamente associada à marginalização e agressividade, penalizada pelo estigma de uma sociedade classista, racista e também criminosa e omissa. (MBEMBE,2018).

O racismo está diretamente ligado ao povo negro, pois mais de dois séculos após a abolição se passaram e eles são ainda explorados, segregados, excluídos e esquecidos. Vivem sob a supremacia da elite branca que perpetua sua subalternidade. Quando as condições de vida não são asseguradas, a violência se generaliza. Assim sendo, a política de extermínio passa a ser um instrumento de controle do Estado exercida pelos seus representantes fardados que usam da violência para combater a violência (SOUZA,2017).

A morte é um imperativo quando as condições de vida não são asseguradas. Essa máxima direciona a reflexão acerca das agências sobre a morte no Brasil, determinadas por necropolíticas agenciadas pelo Estado Brasileiro e direcionadas a uma população, não por acaso a sua maioria: a população negra (CARVALHO, 2019, p.01).

Impera o senso comum que acusa a pessoa negra de ser inimiga da sociedade, responsável pela desordem geral, e quando presos ou mortos pelas forças policiais, o sentimento coletivo é

de justiça, pois “é um bandido a menos”, “esse aí foi tarde”. O extermínio dos jovens negros no Brasil não se trata de um caso isolado, mas de um fenômeno bastante presente no cotidiano de milhares de famílias que moram em localidades onde a abordagem policial é pautada no uso abusivo da força, da repressão, humilhação e morte, e a maior ameaça é a pele preta (CARVALHO,2019).

A miséria que assola famílias negras nas periferias, favelas e comunidades do país, encontra sua gênese na escravatura. Dessa forma o genocídio antinegro, se reproduz no solo fértil da exploração capitalista sobre os corpos, que encontra nos negros a negação da humanidade que nos é tão cara principalmente em tempos de crises (CARVALHO,2019, p.05)

O Brasil é o país com um os maiores índices de letalidade da juventude negra, posto que a cada 23 minutos morre um jovem negro. O Núcleo de Estudo da Violência da Universidade de São Paulo (ALVES, SALLA,2020), indicou em 2018 que 75,5% das mortes em decorrência de intervenção policial estavam relacionadas a sujeitos negros ou pardos, enquanto 24,4% eram ligadas a brancos. Enquanto tudo isso ocorre, o Estado vanda os olhos, naturalizando a violência e omitindo os números de vidas negras vitimadas pela letalidade policial, perpetuando, desse modo, a violência contra a população negra.

A abordagem policial nos bairros periféricos penaliza a população negra e pobre.- Os responsáveis em garantir a segurança pública são os que impõem o terror no cotidiano dessas famílias. Eles trazem a insegurança e o medo dos agentes do Estado quando chegam para as patrulhas com olhar e ações intimidadoras, coagindo cidadãos trabalhadores, mães de família, estudantes que vivem momentos de angústia e incertezas de como resultará a ação policial (PACHECO, BUENO,2020).

Outro fator que perdura até nossos dias são que o medo dos escravistas da “rebelião negra” se transforma e é substituído pela definição do negro como “inimigo da ordem”. Sendo a “ordem” percebida já no seu sentido moderno de significar decoro, respeito à propriedade e segurança. Vem daí, portanto, o uso sistemático da polícia como forma de intimidação, repressão e humilhação dos setores mais pobres da população. Matar preto e pobre não é crime já desde essa época. As atuais políticas públicas informais de matar pobres e pretos indiscriminadamente efetuadas por todas as polícias do Brasil, por conta do aval implícito ou explícito das classes médias e altas, têm aqui seu começo. As chacinas comemoradas por amplos setores sociais de modo explícito, em presídios de pretos e brancos pobres e sem chance de se defender, comprovam a continuidade desse tipo de preconceito covarde (SOUZA,2017, p.47).

As mortes não apuradas aumentam a certeza da impunidade, e a omissão do Estado reforça a ação violenta de seus agentes. As vítimas se tornam os cidadãos invisíveis, os excluídos da cidadania e de seus direitos. As justificativas para as mortes são sempre as mesmas: eram suspeitos, estavam portando algum objeto suspeito, troca de tiros ou supostos

confrontos entre facções, grupos rivais ou com policiais que resultam na trágica perda de vidas (MELLO,2014).

Esses corpos são identificados por números e em sua maioria os homicídios não são solucionados, tampouco a investigação é concluída. Os dados, quando evidenciados, são incompletos e inconsistentes, o descaso fazendo com que os culpados sigam impunes. A guerra entre as facções rivais, milícias e as intervenções militares como alternativa frustrante no combate às organizações tem custado a vida daqueles que estão no meio desse fogo cruzado (MELLO,2014).

Dentro todos os cidadãos que tiveram suas vidas interrompidas pela violência policial, recordamos da menina Ágatha de 08 anos, morta após ser baleada nas costas enquanto voltava para casa em uma Kombi na companhia de sua mãe no Complexo do Alemão RJ, 2019. Lembremo-nos igualmente do mascare de Paraisópolis SP, ocorrido no ano de 2019, em que a PM matou nove jovens em uma abordagem durante um baile funk, bem como do adolescente João Pedro de 14 anos, morto dentro de casa após uma operação policial no Complexo do Alemão RJ (O GLOBO,2020).

Os dados das pessoas vitimadas pela letalidade policial não podem ser tratados apenas como “mais um nas estatísticas”, são vidas. Crianças e adolescentes repletos de sonhos, nascidos no seio de uma família, com nome, idade, são cidadãos que se tornaram vítimas de um Estado racista e violento. Naturaliza-se os pobres de pele escura sempre como os abordados, os suspeitos, os malandros, os criminosos. O preconceito se alimenta dos estereótipos reproduzidos diariamente de forma massificada pela mídia. A tipificação da comunidade negra associada à agressividade e criminalidade reforça o peso da discriminação e rejeição que sentem na pele em seu cotidiano (SOUZA,2020).

O negro e o excluído são vistos pelas classes “superiores” como desonestos e ingênuos, posto que apoiam governos corruptos. Já pelos outros segmentos populares, logo acima deles, são vistos como criminosos e delinquentes. Como o negro e o excluído ocupam o último degrau na classificação social, todas as classes acima deles podem se distinguir socialmente e lhes auferir uma sensação de superioridade, seja a partir do discurso fajuto do combate moralista à corrupção, seja a partir da construção do estereótipo do delinquente (SOUZA,2020,p.181-182).

O não reconhecimento social desses sujeitos torna-os invisíveis, situação favorável a atos de agressão e repressão policial: se não são cidadãos, quem clamará por justiça ou apurará os fatos? Os corpos de tantos jovens invisíveis estão agora a “sete palmos da terra”. Para o segmento historicamente impelido à segregação, visto como possível ameaça à ordem constituída, a sociedade demarca e determina a forma com que ele deve ser tratado, uma classe sem prestígio com a menor chance de superação da condição de subordinados (MELLO,2014).

Para o negro, sem a oportunidade de competir com chances reais na nova ordem, restavam os interstícios do sistema social: a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de “homem livre”. Ao perderem a posição de principal agente do trabalho, os negros perderam também qualquer possibilidade de classificação social. A ação concomitante da extinção das estratégias de acomodação do passado, que propiciaram a negros e mulatos ocupações compensadoras e até nobilitantes, mostra o grau dramático para esse setor da nova configuração de vida econômica (SOUZA,2017, p.47).

Famílias pobres, segregadas, negros, favelados, os subcidadãos: este é o retrato falado e massificado pela mídia quando se refere ao conjunto de cidadãos trabalhadores que tem seus direitos violados. A violência sofrida por esses setores perpassa a violência física e também a violência psicológica, que, atrelada à desigualdade intrínseca a essa população, se torna invisível e inaceitável aceitável na lógica da burguesia. É preciso desconstruir esses padrões e reconhecer que mais do que corpos, são vidas, vidas que sonham, cheias de potencialidades que não são reconhecidas (ARAÚJO,2019).

A situação de pobreza e conseqüente exclusão e vulnerabilidade social gera o crescente número de crianças e adolescentes em situação de rua no país. Sem um teto, buscam moradia em ambientes insalubres, expostos a todo tipo de violação, como exploração sexual, trabalho infantil, drogas e crime (SOUZA,2017).

Um povo excluído pela desigualdade e subcidadania. Um fenômeno que está diretamente arraigado ao histórico de violência estruturado na gênese brasileira. Espaço onde o preto e pobre é desvalorizado e marginalizado pelo Estado, sem nenhuma política de proteção e vive uma política marcada pelo autoritarismo, sob forte repressão (SOUZA,2018).

O processo de desigualdade levou inúmeros adolescentes ao abandono pelas ruas das grandes cidades, todos/as em situação de vulnerabilidade. Sem acesso a programas de socialização, educação, cultura e mesmo alimentação, as agressões nos centros urbanos se intensificaram. Roubos, homicídios e furtos dos “menores infratores” eram responsabilizados pela desordem social (TRASSI,2006).

E, no entanto, as crianças e jovens das periferias das grandes metrópoles são os setores que mais crescem no Brasil e no mundo. Crescem sem a socialização do convívio familiar, sem a socialização do conhecimento e do lazer nas escolas, sem a socialização e a identidade dos grupos culturais e dos movimentos sociais, sem os partidos políticos e as lutas populares – que lhes permitem assumir identidades acordes com sua vida, suas necessidades e suas expectativas (TRASSI,2006,p.8).

Em outubro de 1927 foi criada a primeira lei destinada ao controle do Estado sobre os “menores”. O Código de Menores Mello Matos esteve sob vigência durante cinquenta e dois anos, quando foi substituído pelo Novo Código de Menores de 1979. Ambos tiveram como finalidade apenas manter o controle sobre os “menores”, tendo em vista que não havia políticas

de proteção, mas de repressão. Abandonados e esquecidos, os sujeitos de que dispunha a lei cresciam soltos pelas ruas buscando formas de sobrevivência. Discriminados e explorados, tornavam-se vítimas e autores da violência, da guerra e do crime (TRASSI,2006).

Em 1968, sob o comando do delegado Sérgio Fleury, surge o Esquadrão da Morte. Dois anos depois, a Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), muito temida pelos meninos e meninas que viviam em situação de rua. Por se tratar de grupos de extermínio que invadiam favelas e bairros periféricos com extrema truculência, tendo como alvo a população negra e pauperizada, não havia nenhuma forma de intervenção ou proteção às crianças e adolescentes, somente a repressão estatal (TRASSI,2016).

O modo como morrem nossos adolescentes, particularmente nos grandes centros urbanos, aqui e em outros lugares do mundo, é tão significativo e revelador da trama (drama) social quanto o modo como o matam. Ambos os aspectos estão inscritos no mesmo ambiente sociocultural que produz, legítima e produz a violência em seu grau extremo – a morte (TRASSI.2006, p. 215).

O poder estatal atuava através da coibição e do controle sobre os “menores”, que enfrentando os mais perigosos desafios, eram penalizados a uma vida humilhante e desumana. Desassistida em seus direitos, a juventude de todo o país vive ao longo dos anos vitimada pelas injustiças de uma estruturação desigual. O contexto de vulnerabilidade dos nossos jovens está não somente associado à falta de socialização como também ao acesso limitado às políticas de educação, saúde de qualidade, moradia, cultura, lazer, ausência de proteção social e familiar (ABRAMOVAY, 2002).

O processo de violência institucional e urbana vivenciado pela parcela jovem é um elemento crescente que atravessa governos e gerações desde a conquista da democracia até os dias atuais. Demonstra a falta de respeito em assegurar os direitos dessa camada, o que provoca o fenômeno de exclusão inerente à condição de desigualdade da juventude, que propicia a quebra de vínculos com a família e a sociedade, em um processo de desqualificação e violação de seus direitos (ABRAMOVAY, 2002).

A partir da associação da vulnerabilidade com a desigualdade social e a segregação juvenil, tem-se conseguido esclarecer cenários das complexas nuances da relação juventude e violência. Essa relação é percebida como o produto de dinâmicas sociais, pautadas por desigualdades de oportunidades, segregações, uma inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho, de ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade e de cultura de paz e de distanciamentos modelos que vinculam esforços a êxitos (ABRAMOVAY,2002,p.55-56).

A pobreza e escassez de políticas públicas que possam alcançar e integrar a população segregada, a falta de acesso aos bens públicos e ruptura dos vínculos sociais deixa a população vulnerável em todos os aspectos, quer na educação, esporte, lazer e cultura ou formação

profissionalizante. Os pobres deixam-se à margem da sociedade, fora do alcance de quaisquer conquistas de bens materiais, sem possibilidades de oportunidades comprometendo o sonho e a idealização de um futuro promissor (ABRAMOVAY, 2002).

Os filhos dos pobres vivem em uma fronteira cinzenta entre moralidade e imoralidade, legalidade e ilegalidade, submetidos por um padrão moral construído pelas classes superiores para melhor oprimi-los. Essas classes, destinadas a serem humilhadas por esse esquema de classificação moral, também têm as menores chances cognitivas e afetivas de se defender em relação à rigidez das regras que as condenam desde o berço (SOUSA,2020, p.1790).

A realidade social da juventude brasileira faz com que enfrente enormes dificuldades de desenvolvimento social devido às condições de pobreza em que está inserida. Isso corrobora uma exposição maior dos jovens das periferias metropolitanas a riscos como drogas, crime e violência. Diminuir os recursos econômicos de grupos sociais significa decrescer também as probabilidades de aquisição e superação da classe empobrecida. Insegurança, desemprego, fome e baixa escolarização acirram as desigualdades e a exclusão os torna cada vez mais vulneráveis (ABRAMOVAY, 2002).

Muitos estudantes abandonam os estudos para trabalhar, comprometendo, por muitas vezes, seu processo de formação e capacitação profissional. Assim, percebe-se uma defasagem do ensino formal frente as novas exigências de habilidades e conhecimentos, e isso tem constituído inequívoca fonte de vulnerabilidade (ABRAMOVAY,2002, p.45).

A exclusão social é a realidade de uma população majoritariamente composta por negros e pobres que vivem lutas diárias de uma sociedade escravocrata. Nesse contexto se expressam as mazelas do capitalismo tardio em sua forma mais violenta. O preconceito proveniente do racismo estrutural estereotipa o negro como delinquente, bandido, sempre suspeito e responsável pela desordem social; a existência do sujeito se torna seu principal delito contra o todo (MBEMBE,2018).

2. 2.1 Violência e drogadição – A guerra do Narcotráfico.

A guerra do narcotráfico há anos tem sido um problema mundial, não sendo diferente no contexto do Brasil. Na década de 1970, o crime organizado começa a surgir com pequenos grupos encarcerados no Instituto Penal Cândida Mendes, na Ilha Grande em Angra dos Reis, batizada de “Falange Vermelha”. *A priori* a guerra começa entre os próprios encarcerados e vai ganhando força, uma vez que eles se articulavam entre si para manter a ordem dentro do complexo. O que para o governo se tratava apenas de um grupo de rebeldes em 1979 se torna uma das maiores organizações criminosas do Brasil. A Falange Vermelha agora é o Comando

Vermelho (CV). (LACERDA,2018).

No período pós ditadura a violência se intensifica nas regiões periféricas brasileiras. Pela influência do narcotráfico, as organizações criminosas no surgem e são controladas do interior dos complexos, diferentemente de países como a Colômbia, palco de massacres e extermínio na cidade de Medellín nos anos 1980 sob o comando de um dos maiores traficantes, Pablo Emílio Escobar Gaviria (LACERDA,2018).

A variedade sistemática de violência associada à droga envolve guerras por territórios entre traficantes rivais, agressões e homicídios cometidos no interior da hierarquia de vendedores como forma de reforço de códigos normativos, roubos de drogas, com retaliações violentas da parte do traficante e de seus patrões, eliminação de informantes e punições por vender drogas adulteradas ou não conseguir quitar débitos com vendedores(SOUZA. 2006, p. 167-168).

No ano de 1993 surge em São Paulo, no Complexo de Taubaté, o Primeiro Comando da Capital (PCC). Nos idos de 1994 a 2000, o mundo assiste uma explosão de rebeliões em 29 penitenciárias do país. Centenas de presos mortos e decapitados, uma guerra entre os maiores criminosos do país. No dia 19 de fevereiro de 2001 o PCC se apresenta ao povo brasileiro, mostrando sua força e organização no crime (LACERDA,2018).

O crime organizado firma alianças poderosas após a união do PCC com o CV. As duas redes se associam e dominam o mercado de drogas em uma articulação muito bem entrosada. As relações sociais do mundo do crime sempre foram comandadas do interior dos presídios por seus líderes. O CV estava sob gerência de Luiz Fernando da Costa, conhecido nacionalmente com Fernandinho Beira-Mar. Preso condenado a 309 anos, segue em reclusão no Presídio Federal Porto Velho, em Rondônia. Já Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, condenado a 330 anos, continua recluso no Complexo da Papuda, na capital federal, chefiando o PCC (LACERDA,2018).

Se a violência hoje tem características diferentes, e o crime organizado cada dia mais faz sentir sua presença, assim como cresceu demais o consumo de drogas, também se acirram as diferenças de renda e de nível de vida. Sobretudo na cidade são mais visíveis as contradições de um regime que exclui grandes massas de jovens, negando-lhe o direito à infância, à escola, ao emprego e ao salário (MELLO,2014, p.140).

Em 2006, na tentativa frustrada de enfraquecer as organizações, o Estado decide transferir 765 detentos. Em resposta à imposição, as facções promovem uma das maiores rebeliões do Brasil: foram 76 unidades. Dentro e fora das prisões, a retaliação aos policiais, com execução de juizes, advogados, ataques as delegacias e postos policiais, resultou em um verdadeiro massacre sangrento (LACERDA,2018).

Os ataques iniciados em São Paulo se disseminaram por todo o território nacional. Não

houve nenhuma medida de emergência adotada pelo governo – de mão atadas, mais uma vez o aparelhamento mostrava sua ineficácia diante dos líderes das facções criminosas que ainda exercem seu domínio sobre os estados da federação mesmo na condição de encarcerados; assim, quando coagidos, voltam com mais força (LACERDA,2018).

O Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) 2019 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública subscreve o contínuo crescimento em terras brasileiras da violência oriunda de guerras entre facções rivais pelas rotas de drogas. Em 2017 foram registrados um total de 65.602 homicídios, sendo que 35.783 representam a faixa de 15 a 29 anos de idade – 180 mortes por dia, e desse índice, 75,5% corresponde a pessoas negras ou pardas. Destacam-se os perfis do jovem homem negro e de baixa escolaridade, constituindo 9 em cada 10 pessoas mortas de 15 a 19 anos, cerca de 59,1%. Os homicídios relativos ao sexo feminino estampam 17,4%.

Conforme a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da Pública em conjunto com o Fundo das Nações Unidas da Infância e o Observatório de Favelas e Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), em 2015 o Centro-Oeste ocupava o 2º lugar regional no índice de assassinatos de adolescentes. Entre os 26 estados da União Federativa e o Distrito Federal, Goiás estava na 7ª posição. Desses homicídios, 4,67% foram por arma de fogo. A capital Goiânia esteve em 10º lugar, com cerca de 3,84 homicídios a cada 100 mil habitantes, seguida pelas cidades de Valparaíso, Luziânia, Águas Lindas, Aparecida de Goiânia, Rio Verde e Formosa.

A guerra das drogas tem sido responsável por uma sequência de crimes como homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Um cenário de guerra que se inicia na periferia e se perpetua por toda a sociedade fazendo várias vítimas. Nessas localidades, as facções estabelecem território, controle sobre o tráfico e domínio sobre a comunidade. É um problema de saúde pública que coloca o Brasil como um dos mais violentos do mundo, o índice de letalidade chega a ser comparado com países em Guerra (NETO, MOREIRA, SUCENA,2001).

Dos 26 estados da federação, 19 apresentaram elevação de 73% no indicativo de mortes em 2020. Dos 19, 5 estados apresentam maiores taxas de aumento, como o Amapá, que lidera o ranking. Em sequência, há Rio de Janeiro, Sergipe, Pará e Bahia, estados que expõem o crescimento da taxa de morte por 100 mil habitantes, segundo dados do Monitor da Violência.

Aumento de 7% no semestre inicial de 2020 se comparado ao primeiro semestre de

2019. Dos 26 estados constitutivos, Goiás foi o único que se negou a divulgar os dados pela terceira vez consecutiva. O guardo a seguir será exibido o número das mortes decorrentes de intervenção policial civis e militares ativos em serviço e fora de serviço, nos anos de 2019 e 2020, segundo dados do Núcleo de Pesquisa da Violência da Universidade de São Paulo.

Quadro 2. Dados das mortes por intervenção policial no Brasil, 2019,2020.

Dados das mortes no Brasil	2019	2020
Mortes por intervenção policial	29,34	31,41

Fonte: Núcleo de Estudo da Violência da Universidade de São Paulo, SALLA. ALVES, 2020.

Desde a ditadura militar, atendendo à necessidade do Estado em conter as ondas crescentes de brutalidade, as corporações policiais atuavam com um posicionamento ostensivo e violento como um instrumento de controle sobre o cidadão. A letalidade policial foi, e ainda é, seletiva. As abordagens em bairros periféricos são autoritárias e denotam abuso de poder. As intervenções policiais ocorrem de maneira ostensiva, onde famílias são submetidas a momentos de humilhação, constrangimento e medo (SOUSA,2011).

Ao mesmo tempo, todos se sentem vulneráveis...o perigo mora ao lado, em qualquer lugar. Instala-se o medo social, um clima de insegurança: os cidadãos requisitam mais segurança – uma pista para compreender que a percepção do fenômeno da violência reduzia-se a sua face mais descarada, o crime. A população exige que o aparato de segurança do Estado atue de modo mais repressivo, garanta a segurança pública (TRASSI,2006, p.209).

Sob a justificativa de controle do crime e em manter a ordem social, as ações da polícia brasileira são legitimadas pelo Estado, sendo assim, deve eliminar os conflitos a qualquer custo. Vestígios de uma sociedade escravocrata e clientelista, formada para ser violenta e repressiva contra os inimigos estatais – leia-se a população pobre e preta, que viveu anos de escravidão e mesmo após a desastrosa abolição que a elegeu à subcidadania é até hoje marginalizada por sua Pátria Amada (SOUSA,2011)

2.3 Adolescente e Violência – Vítima e protagonista.

A condição de vulnerabilidade fomenta e propicia um cenário de violência onde todos na sociedade acabam se tornando vítimas. Mas para tantos, as camadas pauperizadas potencializam a brutalidade, e a culpabilização vem por meios de estereótipos. Aqui a violência e o crime têm cor, e está associada diretamente ao negro e à pobreza, o preconceito enraizado na sociedade e os estereótipos marginalizam a população negra (MELLO,2014).

No que diz respeito à violência urbana, a mídia é parcial. Os meios de comunicação não se limitam a informar. Tomam partido, julgam e condenam. Ao assim fazerem, aprofundam o temor e a ignorância do público que deveriam informar, usando mensagens e códigos profundamente estereotipados. O preconceito alimenta-se dos estereótipos e gera os estigmas (MELLO,2014, p.140).

A exclusão social está na origem da captura por parte de adolescentes na rede das drogas e da violência. A drogadição e a criminalidade são fenômenos que afetam a coletividade, tendo o adolescente como autor principal tanto no consumo quanto no repasse de drogas. Dentro das realidades do mundo que os aceita, eles acabam por optar pelo crime como forma de sobrevivência e até mesmo segurança (TRASSI,2006).

Em vários estudos e pesquisas podemos verificar que o índice de violência se acentua em lugares onde a exclusão se expressa de forma pungente. A exclusão social oriunda da desigualdade atinge parte significativa dos estratos populacionais brasileiros, fator principal para o envolvimento de adolescentes no crime, sendo em sua maioria do sexo masculino, preto e pobre (MELLO,2014).

A experiência de processos de exclusão e desigualdades sociais, além de gerar privações materiais, fomenta entre os indivíduos sentimentos de desencanto e frustração, concorrendo para a erosão dos laços de solidariedade. Nesse contexto, as frágeis redes de coesão social colaboram para uma assimilação perversa a espaços restritos de pertencimento tais como quadrilhas de tráfico de drogas e de armas, gangues etc. (ABRAMOVAY, 2002, p.57).

Muitas centenas de jovens perdem a vida a cada ano. O índice de letalidade ultrapassa o número de vítimas de países em guerra. Essa forma cruel com que vidas são interrompidas simboliza o grau extremo da violência em suas várias manifestações. A guerra entre traficantes e grupos rivais, e a violência por parte do Estado presente nos territórios periféricos, faz do povo pobre sua principal vítima (MELLO,2014).

Pelo foco da vulnerabilidade advoga-se que a violência embora associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais e a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de lazer, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos (ABRAMOVAY, 2002,p.57).

A violência estatal tem como alvos prioritários jovens negros de bairros periféricos, oriundos de famílias que vivem segregadas e marginalizadas pelo poder dominante. Diante do histórico de discriminação e apartação da juventude negra, o racismo estrutural arraigado no seio da sociedade brasileira é bastante ratificado pela mídia, em jornais sensacionalistas que delimitam o espaço da juventude preta e pobre a estereótipos impostos por uma sociedade racista e classista tornando-os vítimas predestinadas da violência letal do Estado (MELLO,2014).

Hoje, em muitos lugares do mundo, inclusive no Brasil, ocorre a criminalização dos adolescentes – fundada na representação difusa (mais consistente) da associação da juventude com a violência e em uma ótica vingativa da sociedade em relação a eles, que incide diferentemente dependendo da origem social do adolescente, em que prevalece a imagem do risco e não do desafio (TRASSI,2006,p.2018).

A naturalização da desigualdade e banalização dos direitos de cidadania é prática do poder estatal, que vem ao longo da história reduzindo os investimentos em políticas públicas, se ausentando de sua responsabilidade e compromisso em assegurar os direitos humanos de forma digna. Desta feita, ele culpabiliza o cidadão no processo de estigma social da população negra e pobre, sendo o responsável fundamental por toda violência na sociedade, corroborando para a manutenção da estrutura social e do seu próprio poder (TRASSI,2009).

A vulnerabilidade é um fator que colabora de forma exponencial para a inserção da mocidade periférica e de bairros segregados à drogadição, dado que fomenta a violência juvenil. Adolescentes que se tornam vítimas dos problemas sociais, da falta de perspectivas com melhores condições de sobrevivência, encontram no crime oportunidades de obter respeito e aceitação, protagonizando de forma negativa sua relativa participação na sociedade (ABRAMOVAY, 2002).

2.3.1 Inserção do adolescente na criminalidade

A drogadição e a criminalidade estão presentes em todos os lugares como expressão massiva da violência nos centros urbanos e bairros periféricos de todos os países. Em suas várias manifestações, a violência decorrente do narcotráfico, das intervenções militares, brigas e rixas de quadrilhas rivais fazem do público juvenil a principal vítima e autor de crimes bárbaros, onde o mais astuto sobrevive, e quanto mais se mata mais se conquista o respeito dos demais (TRASSI,2006).

O consumo de drogas se converteu em epidemia, sobretudo entre a juventude, o que para alguns passa a representar uma espécie de identidade como forma de pertencimento a grupos usuários, além de afetar diretamente a vida dos adolescentes, deixando-os sem condição alguma de interpretação da sua realidade de vida (TRASSI,2006).

Ao mesmo tempo, não é mais possível falar da droga exclusivamente enquanto maléfico. O usuário sabe que ela dá prazer. Um prazer mortífero porque inscrito em uma trajetória de autodestruição do corpo, da vontade; do risco do confronto com a polícia; da perda de lugares sociais. Mas, ela dá prazer. Um prazer fugaz, rápido, passageiro. Incorpora-se no cotidiano. Uma alienação de si e do mundo. Neste sentido, transforma-se em um “modelo” para pensar que outros prazeres, alternativas de felicidade ou de bem-estar as gerações mais velhas oferecem ao adolescente. Todos querem ser felizes. O sofrimento, apesar de todas as revoluções culturais, sociais, subjetivas, continua sendo insuportável (TRASSI, 2006, p.224).

A participação de adolescentes inseridos em quadrilhas tem se intensificado notoriamente. Um dos fatores que cooperam para essa inserção advém das transformações vivenciadas no cotidiano. A exclusão social não lhes permite exercer a cidadania de modo digno, ocasionando um crescimento sem socialização, sem acesso à cultura, esporte, lazer, educação de qualidade e exposição ao cenário de violência e criminalidade nos bairros periféricos (MELLO, 2014).

O consumo de drogas corresponde ao principal fator para a incorporação do adolescente ao mundo do crime, desencadeando atividades ligadas ao tráfico de drogas em que ele se torna protagonista nesse cenário. Iniciado nos pequenos furtos, pode evoluir para a colocação dos dependentes em facção criminosa, ingressando em um caminho de extrema violência do qual muitos não conseguem sair e acabam perdendo as vidas de forma precoce (TRASSI, 2006).

A inserção do adolescente no tráfico está diretamente ligada à possibilidade de pertencimento e protagonismo. Funciona como um meio de sobrevivência, dada a falta de oportunidades de emprego, cursos, esportes e outros projetos que possibilitariam a inclusão de jovens periféricos. As facções ao longo dos anos têm procurado investir, para se fortalecer, no aliciamento de jovens para o tráfico tanto dentro como fora dos presídios. De forma astuta buscam aliados para integrarem seus grupos e fortalecer a rede do narcotráfico (NETO, MOREIRRA, SUCENA, 2001).

Os donos das “bocas” recrutam a juventude através de diversos atrativos como poder, fama, respeito, dinheiro e uma posição de destaque. Deslumbrados pelas oportunidades que lhes são favorecidas, os adolescentes ingressam no universo do crime. De usuários passam a exercer funções dentro do tráfico onde encontram um lugar de destaque. Dentre as principais funções exercidas são elas:

Quadro 3 – Atividades dos adolescentes na rede do tráfico de drogas.

- Endolador: Responsável por embalar a droga para o comércio.
- Vapor: Cuida da venda das drogas.
- Aviãozinho: Repassa as drogas ao cliente e leva o dinheiro ao traficante.
- Vigia ou olheiro: Responsável pela vigilância da “boca”.

Fonte: quadro primário NETO, MOREIRRA, SUCENA, 2001.

A adição da parcela referida no comércio de drogas se dá por diversos aspectos socioeconômicos nos quais está imersa, quais sejam, pela falta de emprego, pela vontade de possuir roupas de marca, para ajudar a família, para o sustento de seu vício ou até mesmo para comer algo diferente. Para alguns, o envolvimento com o tráfico se torna a única fonte de renda. Problemas em casa, conflitos familiares, influência de amigos que já estão insertos bem como a revolta pelo sistema que os expõe diariamente a humilhações são outros fatores (NETO, MOREIRRA, SUCENA,2001).

O crime organizado dispõe de estrutura hierárquica altamente organizada para manter os negócios e o melhor lucro. Trata-se de uma empresa, tem-se os patrões, chefes, mão de obra, carga horária e boa remuneração. Nesse esquema, todos os envolvidos têm a chance de crescer e alcançar um cargo maior conforme seu desempenho profissional. Em 48 horas, chegam a ganhar o valor equivalente a um salário-mínimo. (NETO, MOREIRRA, SUCENA,2001).

A ‘vida no tráfico’ à qual nos referimos é, portanto, o cotidiano dos jovens que participam do varejo das drogas, daqueles que, diante do acúmulo de vulnerabilidades, aceitaram que a inserção na estrutura do tráfico poderia ser uma possibilidade de existência coletiva, pertencimento social e até mesmo de sobrevivência pessoal (NETO, MOREIRRA SUCENA,2001,p.124).

A visibilidade é o que seduz e estimula os adolescentes a se envolverem no crime. Para uma população comumente excluída em uma conjuntura desfavorável, esse é o mundo onde encontram seu lugar e aceitação. No contexto de guerra, os jovens se tornam vítimas e protagonistas das múltiplas expressões de violência como a criminalidade, seja no tráfico, roubo, furto e outros, cenário no qual todos pagam o preço, às vezes com a própria vida (NETO, MOREIRRA, SUCENA,2001).

Dentre os atos infracionais que levaram adolescentes ao cumprimento de medidas socioeducativas, no ano de 2016 foram registradas 60 mil ocorrências por tráfico de drogas, sendo um dos atos infracionais mais cometidos pela parcela juvenil no Brasil. Os dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) demonstram a crescente participação da categoria no submundo do crime, ganhando cada vez mais visibilidade como autor de atos infracionais.

Quadro 4. Atos Infracionais mais cometidos por adolescentes no Brasil registrados em 2016.

Tráfico de drogas e condutas afins	Roubo qualificado	Roubo	Furto
Furto qualificado	Do sistema nacional de armas	Posse de drogas para consumo pessoal	Crimes leves sem uso de violência ou grave ameaça

Fonte: Conselho Nacional de Justiça. Principais Atos infracionais cometidos por adolescentes -2016

O protagonismo juvenil em atos infracionais registrados em 2016 totalizou cerca de 249,9 mil, já que alguns são reincidentes e chegam a responder pela mesma infração mais de uma vez. Naquele ano, a quantidade de adolescentes cumprindo medida socioeducativa chegou a 192 mil, sendo 90,7% do sexo masculino e 9,3% do sexo feminino, entre as idades de 12 a 18 anos. Os dados do CNJ revelam que no mesmo período um total de 249,9 mil guias foram expedidas, sendo 32,6 para cumprimento de medidas socioeducativas em liberdade assistida, medidas providência em que o adolescente em questão deverá ser acompanhado e orientado por meio de intervenções educativas. Outras 35,7 mil medidas fazem referência às prestações de serviço à comunidade.

Quadro 5. Total de adolescentes infratores por idade, Brasil, 2016.

Idade dos adolescentes	Total de adolescentes Infratores
12	164
13	1.389
14	5.220
15	13.307
16	27.472
17	44.472
18	46.695

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) São Paulo 2016

A efetiva participação de adolescentes na rede de atos infracionais e no tráfico revela o nível de exclusão ao qual estão submetidos, marcado pela falta de perspectiva e oportunidades. Os aliciadores estão na captura por adolescentes que fortalecerão seus grupos ou facções. A inserção no mundo do crime possibilita a eles e elas visibilidade através do protagonismo negativo, podendo os tornar autores e autoras no campo da violência. Referenciar a tabela abaixo

Quadro 6. Dados dos atos infracionais e das medidas socioeducativas aplicadas no Brasil, 2016.

Masculino	90,7 %
Feminino	9,35%
Total de guias expedidas por ato infracionais em 2016	249,9 mil
Total de medidas Socioeducativas Aplicadas	245,1 mil
Total de medidas de liberdade assistida	36,6 mil
Prestação de serviços à comunidade	35,7 mil

Fonte: Conselho Nacional de Justiça (CNJ) São Paulo 2016.

O estrato juvenil ganha visibilidade como autor e também vítima da violência. A maioria é jovem, do sexo masculino, negro, com idade entre 16 e 17 anos, como relata o quadro abaixo os dados das vítimas de homicídio por idade, sexo, raça ou cor:

Quadro 7. Dados das vítimas de homicídio por idade, sexo, raça ou cor no Brasil, 2015.

Masculino	3.45
Feminino	269
Negros ou pardos	2.737
Branco	703

Fonte: Mapa da Violência (Flacso/Brasil) 2015.

Nota-se que a juventude dos bairros afastados dos centros vive uma outra realidade de vida, com privações, sem perspectivas de uma boa profissão, o que os faz projetar um futuro não promissor, sem reconhecimento perante a comunidade. Enquanto expressão da questão social, a drogadição e violência têm exigido ações que integrem esses jovens em campos de profissionalização, de preparo, para que tenham condições de concorrer a uma vaga de emprego bem remunerada sem ter que abrir mão dos estudos para trabalhar.

Faz-se necessário projetos e políticas de Estado abrangentes e efetivos que trabalhem a autoestima e a promoção social efetiva dos jovens. Projetos que adentrem as periferias e bairros pobres rompendo com barreiras da exclusão e criando pontes de acesso e inclusão desses grupos na sociedade enquanto cidadãos de direitos. É fundamental reconhecê-los como prioridade absoluta nas políticas públicas, garantindo-lhes seus direitos à educação de qualidade, ao ensino superior, a cursos profissionalizantes, oferecendo qualificação e conferindo visibilidade à juventude negra e periférica.

Nessa perspectiva, nota-se que o Circo Social, no decorrer dos anos, tem se tornado uma ferramenta no enfrentamento da violência. Não se trata de uma medida salvacionista, mas uma estratégia de inclusão voltada ao público negro e pobre de bairros periféricos. Assim se afirma a iniciativa desde o primeiro trabalho com o Circo Popular, realizado por Dom Pedro Casaldáliga e equipe na Prelazia de São Félix do Araguaia, o projeto social *Se Essa Rua Fosse Minha*, no Rio de Janeiro, com meninos e meninas em situação de rua, bem como o trabalho na Escola Pernambucana de Circo no Recife. (GALLO,2017).

O Circo Social tem sido um espaço de inclusão, que dialoga com as políticas públicas, que usa a linguagem lúdica da arte circense para entrar no mundo de crianças e adolescentes engendrando sonhos, perspectiva, projetando um futuro no qual seja possível a superação da realidade. O trabalho desenvolvido, buscando o protagonismo e espaços de visibilidade, trata-se de ações efetivas, exitosas não só para o enfrentamento como também e principalmente para a prevenção da inserção dos adolescentes na marginalidade. (GALLO,2017).

No espaço do circo, meninos e meninas de bairros segregados se identificam com a linguagem criativa e encontram no picadeiro uma oportunidade de se expressar usando linguagem própria. Tendo o circo como base e ferramenta para a transformação humana e social, mudando o olhar que a comunidade tem sobre aquele “menino custoso” que ficava perambulando pelas ruas incomodando a vizinhança, agora eles se tornam os protagonistas de histórias que encantam através da arte.

3 CAPÍTULO – O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA E O CIRCO SOCIAL

“Em lugar onde não há atividades culturais, a violência vira um espetáculo”

(Autor desconhecido)

Este capítulo trata da historicidade do circo antigo desde a Roma Antiga até o circo atual. Bem como a insurgência do circo escola e do circo social no Brasil como projetos sociais como o Araguaia Pão e Circo realizado no Amazonas em São Feliz do Araguaia, no Rio de Janeiro com o projeto Se Essa Rua Fosse Minha projetos voltados as classes populares. A união de vários projetos não governamentais por todo o Brasil, e a formação da Rede Circo do Mundo que busca fortalecer cada entidades, com suas ações desenvolvidas através da metodologia do circo social.

3.1 O Circo do Mundo para o Brasil.

A historiografia do Circo apresentada por diversos historiadores e pesquisadores se perde na História com registros milenares. Alguns dos vastos estudos realizados apontam que o circo tem atravessado diversas gerações. Esteve presente há 4 mil anos nas antigas civilizações, em países como China, onde foram encontradas pinturas de mais de 500 anos que retratavam as artes circenses de acrobatas, contorcionistas e equilibristas; a arte circense também se observa na Grécia, Índia e Egito (CIRCO DO MUNDO BRASIL,2019)

No fim da República e início do Império Romano, Roma vivia um cenário de muitos conflitos políticos e civis que resultou na crise da República Romana e que se agravou após as expansões e o domínio sobre a Bacia do Mar Mediterrâneo. Dessa maneira, se encontrava imersa em problemas políticos, sociais com a crise do escravismo e as mobilizações dos plebeus (CIRCO DO MUNDO BRASIL,2019).

Após anos de conflitos, assassinatos e tentativas de golpe e queda da República, Roma constrói estrutura de Império sob o domínio do primeiro imperador Otávio Augustos. Diante dos problemas apontados, o imperador temia que escravos e plebeus se rebelassem contra o império e sendo assim, institucionalizou a Política do Pão e Circo, já usada anteriormente (CASTRO,2005).

O termo “Pão e Circo” foi usado pelo sátiro Juvenal em suas Sátiras, nas quais ele descrevia a plebe como subordinada, despolitizada e dependente do pão e do circo oferecidos

pelo imperador. Depois de institucionalizada, a Política do Pão e Circo se torna uma prática, uma ferramenta política utilizada para seduzir o povo com grandes espetáculos e apresentações de gladiadores, anões, soldados que lutavam até a morte entre eles e contra animais ferozes. Isso culminou para o sucesso da Paz Romana. (CIRCO DO MUNDO BRASIL,2019).

Quando um incêndio destruiu um dos primeiros e maiores circos em Roma, o *Circus Maximus*, o imperador investiu na reconstrução de um dos mais antigos anfiteatros, o Anfiteatro Flaviano, hoje conhecido como Coliseu, cenário de diversos espetáculos e verdadeiro legado da Idade Média. Por conseguinte, surgem as primeiras apresentações do Circo, em latim “circus”, círculo ou anel. O espaço possuía uma estrutura oval, construída com concreto e areia, em um espaço a céu aberto com arquibancadas cuja capacidade acomodava 87 mil espectadores e era usado para os espetáculos essenciais (CIRCO DO MUNDO BRASIL,2019).

Enquanto o povo se divertia assistindo aos espetáculos violentos e sanguinários, eram distribuídos pão, trigo e vinho nas arquibancadas. A Política do Pão e Circo se torna uma forma de dominação e alienação estrategicamente usada pelos políticos para coibir qualquer movimento de revolta por parte dos escravos e dos plebeus contra o Império. Dessa forma, o imperador fortalecia sua popularidade com o povo, com uma política de manipulação e dominação sobre as massas (CASTRO,2005).

Com a queda do Império Romano na chegada da Idade Média, começam a surgir vários artistas populares que se juntavam pelas praças, feiras e igrejas. Geralmente em família, saíam pelas cidades realizando apresentações de malabares, danças e teatros, ficando conhecidos como os saltimbancos que percorreram a Europa; passando pelos países, Inglaterra, França e Espanha (CASTRO,2005).

3.1.1 O circo moderno.

Passados vários processos e civilizações, o circo moderno surge na Inglaterra em 1768 com o sargento inglês Philip Astley. Ele criou um espaço, o Anfiteatro Real das Artes, o circo *Astley's Amphitheatre*, onde realizava apresentações equestres montando cavalos acompanhados por um tocador de tambor e com exhibições de palhaços e malabaristas (CASTRO,2005).

A partir de então, começam as apresentações com espectadores pagantes. Astley realizou apresentações em Paris, local em que conheceu outros artistas e reverberou a ideia do circo moderno e circo do picadeiro por outros países, dentre eles, por sinal, o Brasil. Nessa mesma época, outros artistas como Jacob Bates e Price da companhia de Hayam realizavam espetáculos

equestres em Londres. Astley se tornou um dos principais responsáveis pela repercussão da estrutura do circo em um espaço específico onde se podia realizar os espetáculos (CASTRO,2005).

A chegada do circo ao Brasil ocorre sob forte influência das famílias europeias no século XIX. Entre tais famílias podemos citar a de Joaquin Olaez, bonequeiro, malabarista, mágico e acrobata. De Buenos Aires para o Rio de Janeiro, levantaram um circo com estrutura de madeira, lonas e palhas no qual realizaram seus espetáculos por três anos. Os artistas se apresentavam nos guetos e faziam apresentações com animais e mágicos. No Brasil, o circo foi ganhando uma nova roupagem passando por inúmeras transformações; os artistas, especialmente os palhaços, procuravam ter uma maior interação com o público (CASTRO,2005).

O panorama, que antes era de violência, é agora tomado por personagens circenses como palhaço falante, malabarista, contorcionista, trapezista, mágicos, domadores de animais e engolidores de fogo enriquecendo os espetáculos. No final dos anos de 1970, surge o circo contemporâneo por diferentes países propagando a arte circense. Com o apoio de organizações não-governamentais nascem os projetos do circo escola, em que todos podem aprender através da arte (CIRCO DO MUNDO BRASIL,2019).

A arte circense e a primeira escola de circo surgem no século XII na antiga Rússia, onde irrompem os artistas itinerantes “skomorokhi” que atuavam nas ruas e nas praças com apresentações dramáticas e cômicas, sempre com um cunho social crítico aos governantes. No século XVIII, após ser perseguida pela Igreja Ortodoxa Russa, a arte skomorokhi foi se dissipando (CIRCO DO MUNDO BRASIL,2019).

Em 1926, alguns jovens artistas revolucionários criam a primeira Escola de Circo de Moscou, onde se iniciam os primeiros aprendizes da arte circense. Mesmo sofrendo os impactos da Revolução Vermelha em 1917, tanto na economia quanto no governo, o Circo de Moscou continuou suas atividades, se tornando uma das maiores escolas do mundo em artes circenses (CASTRO,2005).

O Circo de Moscou se tornou referência na formação de artistas circenses de alto nível. Em suas especialidades estavam a formação de palhaços, adestramento de animais e acrobatas. O Circo soviético formou notáveis personagens da comédia, dentre eles o mais famoso palhaço russo, o artista Yúri Vladimirovich Nikulin. Em 1973, Nikulin é intitulado o “Artista do Povo da URSS” e o “Herói do Trabalho Socialista”. Em 1990, recebeu por duas vezes um dos prêmios

mais almejados pelos russos, a “Ordem de Lenin”, a mais alta condecoração civil concedida pela União Soviética (CASTRO,2005).

O artista se tornou dono do Circo de Moscou, hoje conhecido como Nikulin’s Circus (Circo de Nikulin). Outros nítidos artistas russos são Oleg Konstantinovich Popov, conhecido como “Clown Soleil”, Palhaço Sol, e Vyacheslav Ivanovich, conhecido como Slava Polunin, um renomado palhaço e autor de famosos espetáculos como “Asisyai-revista”, “Snowshow” e “Diabolo”. Polunin realizou *shows* em muitos países, inclusive no Brasil em 2007 nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (CASTRO,2005).

Logo nos primeiros anos a escola soviética renovou a linguagem das artes, incorporando e enriquecendo os números tradicionais com nova roupagem. Investindo em cada artista e nos grandes espetáculos, se torna a maior e melhor escola circense de todos os tempos. A partir dessa iniciativa os artistas soviéticos seguiram fomentando e inspirando outros países da ala comunista, como a China, a investirem em Escolas de artes (CASTRO,2005).

3.1.2 Circo Popular: Araguaia Pão e Circo

Em solo brasileiro, no ano de 1968, chega Dom Pedro Casaldáliga. Em São Félix do Araguaia, no estado Mato Grosso, o padre espanhol se converte em bispo e responsável pela formação da Prelazia de São Félix, região de grandes conflitos por terra, com população extremamente empobrecida composta por índios, posseiros e peões. Casaldáliga assumiria seu compromisso em defesa dos interesses dos povos da Amazônia (PAGANINI,2018).

Casaldáliga chamava atenção da comunidade por sua forma simples de viver, um bispo totalmente diferente dos demais que defendeu com coragem os direitos dos povos indígenas e ribeirinhos e dos trabalhadores rurais da Amazônia. O “Bispo dos Pés Descalços” como era conhecido pela comunidade, pautado pela Teologia da Libertação¹ e influenciado pela teoria marxista, estava engajado na defesa dos direitos humanos. Ele lutou e resistiu a um regime ditatorial mesmo sendo alvo de ameaças (PAGANINI,2018).

O bispo acreditava na educação como forma de libertação e via a necessidade da comunidade atuar de forma consciente e entender o seu papel na história da sociedade: ele construiu um Colégio antes mesmo de construir uma igreja. Investiu primeiramente na educação, leitura, conhecimento e arte. Casaldáliga contou com o apoio de todos os voluntários da Prelazia, que juntos trabalharam para a formação de duas organizações culturais: o Centro de Cultura Popular de Conceição do Araguaia no Pará (CCPCA) e a Arte Regional do Araguaia

1

(Arraia). A cultura era baseada na educação popular buscando transformação coletiva (PAGANINI,2018).

Com a criação do grupo de Teatro do Araguaia (TEAR) que durou dois anos, todos esses projetos culminaram no nascimento de um planejamento mais vultoso, o “Araguaia Pão e Circo”, patrocinado por verba europeia, criado em 1988 e aprovado em 1989. Formado inicialmente pela Companhia Teatral Arroz com Abroba com artistas populares da região, o Araguaia Pão e Circo deu início a diversas apresentações culturais por toda a região do Amazonas. (PAGANINI,2018).

O Araguaia Pão e Circo foi uma das propostas pioneiras no desenvolvimento da ideia do Circo Escola e do Circo Popular. Estimulando atividades voltadas para a comunidade, o projeto visava a educação e informação por meio de apresentações, danças e teatros. Os artistas procuravam passar para os moradores a sua história, a história de lutas e resistência vivenciada pelos povos indígenas e negros, a luta pela preservação da Amazônia e dos ribeirinhos (PAGANINI,2018).

Quando o “O Araguaia Pão e Circo”, em 1990 o designo inicial era identificar e fomentar a arte popular, circulando pela região amazônica por meio da capacitação de agentes, criação de núcleos culturais e montagens de peças teatrais e circenses que contavam experiências vividas pelo povo do Araguaia. Era um circo com vocação educacional que funcionava como extensão da escola. Contribuindo sobremaneira para o desenvolvimento pedagógico de crianças e jovens (TAVARES,2019. p.78).

Ao se tornar uma das propostas culturais mais importantes da Prelazia de São Félix, mobilizou os moradores e instigou o interesse da comunidade a contar suas histórias de luta através da magia do circo. As apresentações contavam com a participação dos moradores, buscando a interação deles nas peças. O Araguaia Pão e Circo teve alcance louvável na região do Araguaia, se expandindo para outros municípios. Propagando a cultura amazonense e formando novos colaboradores e multiplicadores da arte, durou 10 anos e teve influência na expansão do circo escola por todo o país (PAGANINI,2018).

A partir de programas como o Araguaia Pão e Circo, surge a metodologia do Circo Social, incorporando novas práticas, novos artistas, articulando saberes pedagógicos com a arte circense e métodos educacionais. Daquela ideia do circo tradicional de família ou uma organização privada foram surgindo novas iniciativas, nas quais vários artistas circenses começam a atuar em diferentes espaços com distintas realidades sociais (PAGANINI,2018).

Na década de 1990 começam a surgir organizações populares, movimentos sociais que levam o circo para o âmbito educativo, usando a arte como ferramenta para a educação e transformação coletivas. A ideia do circo social permanece ligada às práticas do circo

tradicional corroborando para o processo de transmissão dos saberes circenses. Através do circo social pode-se possibilitar a inclusão de crianças e adolescentes de classes pauperizadas (PAGANINI,2018).

Entende-se por circo social o fenômeno no qual a arte circense é utilizada como ferramenta pedagógica para formação e educação de sujeitos, dando preferência aos que se encontram numa situação de risco social (GALLO, 2010, p.26)

Em 1978 é criada a primeira escola brasileira e latino-americana de circo em São Paulo, a Academia Piolin de Artes Circenses. Comandada por Francisco Colman, a escola recebeu o nome de um dos mais famosos palhaços do Brasil, o Palhaço Piolin, interpretado pelo artista Aberlado Pinto que teve uma influência marcante na história. Nascido no dia 27 de março de 1897, a data foi escolhida para comemorar o dia do Circo no Brasil (CASTRO,2005).

Por passar problemas relacionados a recursos, a Academia Piolin acabou encerrando as atividades. Diante disso, vários artistas foram para o Rio de Janeiro trabalhar na Escola Nacional do Circo, inaugurada em 1982, criada pelo circense Luiz Olimecha e pelo produtor cultural Orlando Miranda. A escola recebia estudantes de todas as classes e eram formados por diversos profissionais das artes circenses (CASTRO,2005).

O Palhaço Piolin teve forte influência no circo nacional, bem como o artista George Savalla Gomes, ator e palhaço Carequinha. Oriundo de uma família de artistas, se converteria em um dos mais notórios palhaços brasileiros. Todos os mais destacados artistas circenses estiveram no projeto Araguaia Pão e Circo colaborando com atividades para a comunidade. Cada educador com suas bagagens de conhecimento cooperou dando início a vários projetos utilizando a arte do circo social como ferramenta pedagógica para a transformação (PAGANINI,2018).

Um desses intentos nasceu em Uruaçu com o grupo “Limpendo o Olho”. Em Belo Horizonte o grupo “Parangolé Arte Mobilização” é coordenado pelo educador popular Rodolfo Cascão e sua esposa, também educadora. Em Goiânia, o projeto teve início com a “Escola de Circo” no bairro Dom Fernando sob coordenação do artista Maneco Maraca, que esteve à frente do projeto por dois anos. Atualmente, Maneco coordena o “Circo Laheto”, também em Goiânia, com sua esposa e educadora Seluta (PAGANINI,2018).

3.2 Rede Circo do Mundo

O Circo Social tem como finalidade a intervenção na coletividade através dos saberes populares, educação não-formal e assistência social. Nessa perspectiva surge a Rede Circo do Mundo, oriunda da união de tantas organizações que já vinham desenvolvendo um trabalho

social com jovens de periferias pelo Brasil voltado à promoção da cidadania (PAGANINI,2018).

A Rede Circo do Mundo Brasil, criada em outubro de 2000, nasce da confluência de diferentes intervenções reunindo inicialmente seis organizações de quatro estados brasileiros que pactuavam os mesmos pressupostos: Escola Pernambucana de Circo, Aricirco, Acende/Acess (grupo oriundo do Araguaia Pão e Circo), Grupo Cultural Afro Reggae, Se Essa Rua Fosse Minha e FASE – de três distintas cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Recife, Belo Horizonte), da relação de parceria já estabelecida entre estas organizações e uma organização não governamental canadense do plano local e internacional, Jeunesse du Monde e da parceria com uma empresa artística do Québec, o Cirque du Soleil. Portanto, desde sua fundação, a RCM-Brasil favoreceu assim as trocas planetárias em torno de uma vontade comum: destacar o potencial dos jovens quanto ao seu próprio desenvolvimento e o seu papel na sociedade (BRASIL,2020).

A Rede Circo do Mundo é criada no ano 2000 com o apoio da Federação de Órgãos para a Assistência Social (FASE) e do *Cirque du Soleil*. No território brasileiro, a influência do Circo Social gera referência para que outros países também invistam em programas de intervenção através da arte. É o que acontece com o artista canadense Paul Laporte após um ano no Brasil. Ele se inspira em um dos 1991 “Se Essa Rua Fosse Minha”, planejamento que contou com o engajamento de vários artistas da música brasileira com um trabalho voltado para crianças e adolescentes em situação de rua (TRINDADE,2009).

Após sua experiência com a proposta, Paul Laporte decidiu levar a ideia do Circo Social para o *Cirque du Soleil*, criando então o projeto *Cirque du Monde*. A Rede Circo do Mundo adquire força unindo várias instituições espalhadas pelo Brasil, com o que trabalhavam na perspectiva de formar multiplicadores do Circo Social, especificamente com crianças e adolescentes oriundos de famílias de bairros periféricos. Um trabalho sempre voltado à promoção da cidadania e ao resgate da cultura popular com ações educativas (BRASIL, 2020).

[...] o Circo Social não é um conceito fechado ao qual pode-se atribuir uma determinada “propriedade intelectual”. Não o vemos como um conjunto de técnicas a serem replicadas, mas como uma proposta político-pedagógico aberta, baseada numa perspectiva dialógica da educação no entendimento da complexidade social (ZEZO, TRINDADE, 2009, p.16).

O circo social é um espaço acolhedor. Admitir o diferente em espaço de inclusão: isso é o que atrai a atenção dos meninos da periferia. É o lugar daqueles que não tem outro lugar. O circo é a base, o lugar em que a pessoa excluída passa a ter sentimento de pertencimento na sociedade, criando pontes do que ela aprende no circo e leva para a vida; promovendo transformações sociais, é um espaço de voz: eles se identificam com maior facilidade onde encontram no picadeiro do circo um espaço para se expressar, um sentimento de liberdade (TRINDADE,2009).

A sociedade está historicamente estruturada de maneira que nem todos tenham as

mesmas oportunidades, são realidades diferentes em uma dimensão desigual. O circo social cria um espaço amplo, diverso, que dá a possibilidade de pessoas de vários perfis participarem e aprenderem a se comunicar e socializar usando sua criatividade. Dessarte, contribui para a transformação da realidade social de crianças e adolescentes no seu cotidiano e na esfera pública, tendo a educação como forma de resistência (TRINDADE,2009).

De modo geral, pode-se definir a Metodologia do Circo Social como a construção por meio da arte circense de um diálogo pedagógico no contexto da educação popular e uma perspectiva de promoção da cidadania e de transformação social. Assim, pelo longo processo de sistematização de suas práticas, no início da década de 1990, e pelo explícito conteúdo social, político e cultural da proposta e do contexto em que se desenvolve, o conceito de Circo Social é muito mais do que simplesmente aplicar oficinas de técnicas circenses em projetos sociais. É sim, uma proposta político-pedagógica que aposta no desenvolvimento criativo e na construção da cidadania a partir dos saberes, necessidades e potencialidades das crianças, adolescentes e jovens das classes populares (TRINDADE, 2009, p.18).

Diante dos resultados positivos advindos da metodologia adotada pelo circo social nas comunidades periféricas, surgiram outros projetos com base na dinâmica da arte-educação reconhecendo a importância da cultura e da arte como forma de intervenção social, sinalizando, a partir dessa prática, a promoção da cidadania para a população periférica. Em Goiânia, um dos primeiros projetos do circo social nasceu em uma praça, embaixo de uma mangueira, com muita poeira, em um bairro preponderantemente composto de famílias empobrecidas na região Leste no Jardim Dom Fernando I (SILVA,2009).

No circo social, a arte-educação é considerada em meio eficaz para proporcionar o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens; as linguagens artísticas, predominantemente as artes circenses, são utilizadas como um canal de integração, expressão, promoção da cidadania e transformação social (GALLO,2017, p.27).

Nos espaços rotulados como incapazes, aqueles em que não se conseguiria projetar a vida para além da sua realidade limitada, abrir caminhos para adolescentes que até então tinham uma perspectiva restrita significa construir um panorama mais amplo, um destino com valor, conhecimentos com mais possibilidades de transformação com intervenções através da arte. O circo é um espaço de possibilidades, um espaço que eles não encontram em nenhum outro lugar, onde lhes é dado através da arte a oportunidade de viverem outra realidade de vida (TRINDADE,2009).

Para uma efetiva contribuição, o Circo Social necessita de uma equipe multiprofissional formada por especialistas de diversas áreas do saber, como profissionais da pedagogia, arte educação, serviço social, dentre outros. O atendimento realizado pela equipe busca apreender a realidade tanto dos educandos/as quanto de suas famílias, um trabalho conjunto que dialoga com as políticas públicas e os equipamentos sociais, em que as demandas das famílias possam ser atendidas.

3.3 O Serviço Social no Circo Social

Os profissionais do serviço social atuam diretamente com os interesses da classe trabalhadora, junto aos jovens e famílias de baixa renda, que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social. Essas famílias sentem em seu cotidiano o acirramento das mazelas do capitalismo, dentre elas está a exclusão social e a carência de políticas públicas que possam atender suas demandas (SCHONS,2015).

Os assistentes sociais realizam, assim, uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e na ampliação dos seus direitos (IAMAMOTO. 2017, p. 23).

Com atuação fundamentada na perspectiva de emancipação e nos princípios de liberdade e equidade, o profissional deve se pautar de postura crítica e um posicionamento político articulado à esquerda marxista, assumindo seu compromisso com a classe trabalhadora. O que corresponde a viabilizar e garantir o acesso de trabalhadores às políticas de assistência social não como filantropia ou caridade, mas como direito (SANTOSA, 2009).

O Assistente Social, em sua práxis, busca apreender a realidade de vida dos educandos/das e suas respectivas famílias, sendo esse o objeto de trabalho do profissional. Com isso, visa trabalhar na busca de ações e propostas que almejem a promoção da cidadania, o fortalecimento de vínculos na família e na sociedade por meio da proteção básica de baixa complexidade (IAMAMOTO, 2015).

O posicionamento do profissional assistente social requer o seu compromisso com a classe trabalhadora na luta pela construção de uma nova ordem societária. Estrutura-se na lei de regulamentação e no código de ética buscando o “Reconhecimento da liberdade como valor ético central das demandas políticas a ela inerentes, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais”. Para efetivação do trabalho no atendimento às famílias, o Assistente Social atua com a equipe multiprofissional a fim de exercer a interdisciplinaridade.

As novas conjunturas presentes na realidade dos sujeitos têm exigido dos profissionais ações integradas para efetivação na vida dos sujeitos no mercado contemporâneo. Um espaço de troca de saberes que dialoga com as diversas áreas das ciências sociais, afirmando a interação, respeitando as especificidades de cada disciplina. (PONTES e JORGE, 2017).

O Serviço Social é uma profissão que caminha para a interdisciplinaridade desde sua formação. Diferente de outras profissões essencialmente disciplinares, o Serviço Social abarca em sua formação a interlocução com diversas disciplinas tais como Antropologia, Ciências Política, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Direito, dentre outras (GOMES,2015, p.8).

Destarte, a interdisciplinaridade é um avanço no trabalho multidisciplinar que permite uma ação coordenada para um debate dialético acerca do objeto. A interdisciplinaridade é a ação conjunta na construção do diálogo democrático da troca de saberes. É estudar o objeto a partir de outros olhares e interpretações, ampliando assim as lentes para o debate acerca do fenômeno, o que contribuirá para uma melhor intervenção (PONTES e JORGE, 2017).

Assim, aproximação e interação entre profissões ou disciplinas científicas visam alcançar e atender as demandas de necessidades humanas geradas pelas expressões da questão social, fundadas nas desigualdades e divisão de classes em disputa no modo de produção capitalista (JORGE e PONTES,2017, p.180)

Conforme descrito na resolução n° 557 CEFSS/2009, o profissional Assistente Social deve desenvolver suas atividades conjuntamente, com as demais profissões, de forma a contribuir para o estudo da realidade social dos sujeitos para então intervir efetivamente nas demandas. Como consta no Art. 4º, ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá garantir a especificidade de sua área de atuação.

Interdisciplinaridade requer, contudo, o saber acumulado de diversas disciplinas, na busca de conhecer a verdade e atuar na realidade. Sendo assim, o Assistente Social é chamado a compor equipes interdisciplinares, onde deve contribuir para explicar e intervir nas expressões da questão social, considerando seu compromisso ético-político de coadjuvar para uma sociedade democrática, com serviços públicos de qualidade, livre de preconceitos, exploração, e autoritarismo (GOMES,2015,p.11).

A prática para uma atuação interdisciplinar exige dos profissionais um comprometimento efetivo com a realização do estudo da realidade a partir da especificidade de cada profissional, buscando assim melhor interpretação do objeto a ser investigado. Para tanto, é necessário um espaço de diálogo permanente entre os profissionais respeitando a objetividade e subjetividade de cada um para que seja possível atender as demandas dos usuários (GOMES,2015).

O Assistente Social enquanto intelectual orgânico deve estar engajado nos movimentos sociais de luta procurando um novo projeto de sociedade, saindo do conformismo e do senso comum em articulação com a classe trabalhadora na perspectiva de democratização, liberdade, equidade e justiça social (SIMIONATTO,2001).

O espaço ocupacional é o lugar no qual o Assistente Social desenvolve atuações que vislumbrem o protagonismo cidadão em defesa de seus direitos. Deve primar pela perspectiva de fortalecer e organizar movimentos de resistência e luta pela preservação e ampliação dos direitos e democratização da sociedade. Além disso, priorizar a plena expansão dos atores sociais, sua autonomia e emancipação no atendimento das famílias que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social.

4 CAPÍTULO – ESCOLA DE CIRCO DOM FERNANDO – IDF- PUC/GO

“Educar através do circo é transformar os ensinamentos em magia, as dificuldades em malabarismo, o improvável em realidade e a vida em alegria”

(Pedro Lopes)

A Escola de Circo Dom Fernando fundada desde 1996, é um dos Programas de Extensão da Pró-reitora de Extensão e Apoio Estudantil – PROEX da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás. A ECDF atua desenvolvendo seu trabalho com a metodologia das artes circenses voltadas a crianças e adolescentes das camadas populares.

A ECDF foi o primeiro trabalho a ser realizado com a metodologia do Circo Social na região Centro – Oeste, bem como o projeto do Ara guia Pão e Circo, Se Essa Rua Fosse Minha, e a EPC, a Escola de Circo é um projeto que busca atender prioritariamente famílias que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social, atuando de forma preventiva na oferta da proteção social de baixa complexidade junto às famílias da Região Leste de Goiânia.

4.1 Região Leste de Goiânia.

A população da cidade é composta por uma diversidade de habitantes, resultado da migração vinda do interior de Goiás e de outras partes da federação. Com o crescimento desorganizado dos bairros e sem nenhuma estrutura de urbanização, a cidade tem historicamente a característica da segregação urbana existindo um grande número de população pauperizada.

A população é composta por 48% brancos, 44% pardos, 5,68% pretos, 0,16% indígenas e 1,68% amarelos, segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Goiano (IBGE). Índices de 2018 apontam cerca de 1.495.705 habitantes em Goiânia (IBGE, 2018).

Os bairros Dom Fernando I e II, assim como os bairros Jardim Conquista e Jardim das Aroeiras, emergiram a partir da ação conjunta dos moradores. Formados na década de 1980, a população se organizava coletivamente na luta para a conquista de equipamentos sociais que atendessem demandas como rede de energia e esgoto, asfalto, transporte coletivo, escolas e creches. A força dos movimentos sociais chefiados em maioria por mulheres resulta, passados 30 anos, na conquista da regularização e escritura dos imóveis (SILVA,2009).

Um bairro historicamente segregado, com escassez de políticas públicas voltada ao

atendimento das famílias da classe trabalhadora. Um cenário completamente propício para jovens sucumbirem na drogadição, onde encontram as oportunidades de se ingressarem como protagonistas na disseminação da violência na cidade tanto como autor quanto como vítima dela. É sabido que uma parte significativa que ingressa na prática de crimes, no uso e venda de drogas, é a juventude oriunda desses bairros periféricos. E nessas localidades se concentram parte dos usuários, e onde estão as chamadas “bocas de fumo”, lugar de comercialização e uso de drogas (SILVA,2009).

A combinação desses fatores tem sido responsável por situar os jovens à margem da participação democrática que colabore na construção de identidades sensíveis à diversidade cultural e à solidariedade por compromissos de cidadania, assim como no fortalecimento de autoestima e de um sentimento de pertencimento comunitário. Em decorrência, muitos ficam relegados às influências que nascem de sua interação cotidiana nas ruas, com outros que partilham das mesmas carências quando não são atraídos pelo mundo do crime e das drogas, inclusive por seus símbolos e práticas autoritárias de imposição de poder, ou de protagonismo negativo (ABRAMOVAY,2002,p.56).

O que nitidamente podemos observar nesses contextos é a falta de perspectiva e oportunidades para essa população, a ausência do Estado em garantir a elas políticas públicas que atendam suas necessidades como se pudessem então viverem com o mínimo de dignidade possível. Tal ausência cria lacunas, distanciando essa juventude de outras classes e do acesso a programas sociais que possam lhes oferecer acesso à cultura, esporte e lazer, atividades que enfatizam sua autonomia e valorizem sua cidadania (TRASSI,2006).

A escassez de socialização e a carência de políticas públicas que atendam suas necessidades básicas enquanto cidadãos, além da dificuldade na efetivação de projetos educacionais, corroboram para a exclusão da fase juvenil. Ociosos e com tempo livre, acabam encontrando nas ruas, praças e esquinas momentos de descontração com amigos ou grupos conhecidos (TRASSI, 2006).

Trata-se de uma fuga dos problemas e da carência de horizontes em uma convivência com desigualdade tamanha. A drogadição cria um mundo paralelo podendo propiciar aos jovens um sentimento de proteção, protagonismo e aceitação social e ganha destaque em um cenário de extrema violência e completa marginalização (TRASSI, 2006).

Uma vez inserido na realidade cruel da drogadição, a dificuldade de sair se multiplica cada vez mais e o adolescente acaba colocando sua vida e a dos familiares em risco porque os transforma em alvo de grupos rivais. O que no início pode parecer uma aventura, na maioria das vezes acaba em tragédia. O prazer em estar sob o efeito das drogas na companhia dos colegas gera uma sensação ilusória de liberdade e domínio (TRASSI, 2006).

Goiás registra um alarmante indicativo de mortes por intervenção militar. Foram cerca de 401 casos de 2018 a 2019, o número passou de 424 a 825, segundo informações da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP-GO) e o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Em 2019, a SSP-GO se eximiu do compromisso de divulgar o levantamento referente às mortes por intervenção policial ao Grupo de Controle Externo de Atividade Polícia (GCEAP), órgão responsável em fornecer registros acerca das ações policiais com óbito vinculado ao Ministério Municipal de Goiás - MP Goiás.

O estado tem sido omissivo quanto aos números das vítimas em alegados confrontos nos quais se tem adotado uma política de extermínio ratificada pelo lema do então governador Ronaldo Caiado, disposto no Palácio das Esmeraldas: “Em Goiás o bandido muda de profissão ou muda de Estado”. Com esse contingente aterrador, Goiás se posiciona como o 2º estado com maior cálculo de mortes por intervenção militar, com cerca de 95% de casos. Totalizados, são 293 em 2019 e 337 em 2020 registrados entre os meses de janeiro a abril, sendo 136 casos registrados somente no mês de abril do segundo ano.

Os adolescentes da Região Metropolitana de Goiânia, em especial os que hoje vivem na Região Leste, estão sendo alvo de aliciadores que se fazem presentes nas portas das escolas, praças, ruas e esquinas, por toda parte da cidade dispostos a comercializar seus produtos. E para isso eles se esforçam em uma busca incansável por novos dependentes.

Enquanto expressão da questão social, a drogadição tem exigido ações e estratégias que consigam interferir na redução do cooptação de adolescentes ao fenômeno. Intervenções que busquem uma interação com esses adolescentes e seus familiares propiciando a eles experiências que resultem na integração através de projetos culturais e educacionais e busquem o reconhecimento dessas famílias como sujeitos de direitos civis e sociais.

O contato com os familiares dos adolescentes da Região Leste foi possível através do Estágio Supervisionado realizado na Escola de Circo Dom Fernando, sob a supervisão do Profissional Assistente Social. Através de visitas domiciliares no acompanhamento dos congêneres dos educandos é que buscamos apreender o contexto desses atores sociais, que em sua maioria vivem diante de uma realidade de vulnerabilidade e risco social em uma extensão pouco assistida por políticas públicas que possam atender efetivamente as necessidades dos moradores.

Nos locais de bastante vulnerabilidade social observamos um grande número de jovens com baixa renda e baixo índice de emprego. Ou seja, são lugares onde há uma desordem social evidente, uma superposição de carências e uma ausência sistemática de políticas públicas, principalmente de ações de promoção da cidadania (SOUZA.2006, p.167).

As famílias vivem no cotidiano eclosões da violência em suas várias expressões como a drogadição e a criminalidade, o que gera entre os responsáveis o sentimento de insegurança e medo de que seus filhos possam ser inseridos nesse contexto de guerra.

Os jovens são vítimas predestinadas, porque estão na idade de maior inquietação e demanda por experiências novas e diferentes. Quando não encontram na escola, na família ou nos bairros respostas às suas insatisfações, vão procurá-las nas ruas, espaço desestruturado e aventureiro, com possibilidade de ganho ou diversão, porém cheio de perigos (MELLO, 2014, p.137).

Devido a tamanha exposição em que vivem os jovens, existe a preocupação dos responsáveis em proteger seus filhos dos aliciadores. Essas famílias são em sua maioria chefiadas por mulheres, que como tantas outras se esforçam trabalhando para garantir o sustento de casa. Não tendo com quem deixar seus filhos para trabalhar, as mães acabam os legando aos cuidados de terceiros. Em algumas situações, inclusive, sozinhos em casa, e sem ter alguma atividade para desenvolver, ficam com o tempo livre perambulando pelas ruas. Em relação a inserção da mulher no mercado de trabalho Rizzini (2003) afirma que

no Brasil a inserção da mulher no mercado de trabalho não foi respaldada por um aparato público de assistência às crianças e adolescentes. Sendo assim, as famílias das camadas populares tiveram que desenvolver estratégias alternativas de cuidados, muitas vezes recaindo sobre os avós, tios e irmãos mais velhos essa responsabilidade e, em alguns casos, as crianças são deixadas sozinhas. Esta situação cria um impasse na vida de muitas crianças, pois com frequência elas não são devidamente protegidas e ficam expostas a uma multiplicidade de riscos ao seu desenvolvimento (RIZZINI,2003, p. 163).

Na conjuntura de segregação e exclusão social vivem os adolescentes da Região Leste, e busca-se conhecer projetos e ações sociais que atendem a essa população excluída com a possibilidade de criar alternativas de inclusão social e contribuir assim para a promoção de cidadania ao reconhecê-los como sujeitos de direitos. (TRINDADE, 2009).

4.1.1 Direitos e o Protagonismo cidadão da Juventude Brasileira

Historicamente, as crianças e adolescentes brasileiros sempre foram vítimas de violações de direitos, majoritariamente os que descendiam dos ex - escravos que viviam o processo de desabono e segregação. Durante todo o desenvolvimento da sociedade brasileira as crianças e adolescentes viveram à margem de um Estado autoritário que não lhes reconhecia enquanto sujeitos de direitos. No processo de industrialização, as crianças eram exploradas em trabalhos nas enormes fábricas submetidas a diversas formas de agressão (TRASSI,2016).

As primeiras discussões sobre os direitos da criança e do adolescente surgem após a Assembleia Geral das Nações Unidas, datada de 1959, que proclama a Declaração Universal dos Direitos das Crianças. No Brasil, a luta pelos direitos da criança e do adolescente se inicia

com os movimentos sociais e a mobilização da sociedade civil, com a participação efetiva do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). O MNMMR surge na década de 1980, em um período de intensas violações sofridas pela juventude que vivia em situação de rua, vítima do abandono, da violência policial e institucional (CLEMENTE,2018).

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua surgiu a partir do questionamento das práticas da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), o órgão normativo criado com a finalidade de implementar a “política nacional de bem-estar do menor” (CLEMENTE,2018, p.16).

As práticas de violência institucional ocorridas na Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente/Fundação de Bem Estar do Menor FUNABEM/FEBEM desencadeou uma série de denúncias que mobilizou grossa parcela da sociedade. A partir dessa participação e da articulação entre organizações não governamentais, sociedade civil e grupos religiosos nasce o MNMMR, com a prioridade de trabalhar a proteção dos direitos, da cidadania e proteção social de crianças e adolescentes vivendo em situação de vulnerabilidade e risco (TRASSI,2006).

Foram intensos momentos de luta protagonizados também pelos meninos e meninas de rua em vários encontros reivindicando seus direitos e questionando a repressão e a brutalidade por parte do Estado. O primeiro encontro foi realizado na cidade de Belém em 1986, reuniu cerca de 400 crianças e adolescentes de todo o Brasil. A mobilização foi perceptível, eles saíam pelas ruas de suas cidades para colherem assinaturas com a finalidade de que o Congresso aprovasse o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com cerca de 1,4 milhão de assinaturas e com 435 votos a favor, a Constituição de 1988 aprova o artigo 227 colocando a criança e o adolescente como prioridade absoluta (CLEMENTE,2018).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

O segundo encontro aconteceu em 1989 com 700 crianças e adolescentes de todo o país. Eles se organizaram e vieram em caravanas para participar da votação no Congresso Nacional, em Brasília - DF. Com muita movimentação e luta em 1990, no dia 25 de maio, o Senado aprova o Projeto de Lei (PL) do ECA, que é aprovado no dia 28 de junho pela Câmara Federal. Foi sancionado pela Presidência no dia 13 de junho o Estatuto da Criança e do Adolescente (CLEMENTE,2018).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº. 8.069 de 13 de junho de 1990, veio atender uma exigência da Constituição de 1988 que determina ser dever da família, da

sociedade e do Estado assegurar os direitos da criança e do adolescente. O ECA reúne e define objetivamente todos esses direitos, normas que devem ser seguidas à risca para garantir o desenvolvimento integral de meninos e meninas ao longo da infância (TRASSI,2006).

Posteriormente ao processo de luta e resistência é que as crianças e os adolescentes se tornaram prioridade absoluta e sujeitos de direitos e deveres, o que no decorrer dos anos tem sido aprimorado com vistas a atender as respectivas necessidades desse conjunto social. Para tanto, se faz preciso a constituição de ações que assumam o compromisso com nossa infância e juventude na implementação do ECA em defesa dos seus direitos fundamentais, contribuindo para uma plena formação e desenvolvimento social (TRASSI,2006).

São necessários espaços que possam colaborar para a formação cidadã de nossos jovens, propiciando a eles e elas participação ativa na vida cultural, política e econômica da sociedade. Dessa forma buscamos conhecer as atuações desenvolvidas pela Escola de Circo Dom Fernando, um trabalho social que atua na perspectiva de garantia dos direitos fundamentados no ECA. Corresponde a um espaço de visibilidade e protagonismo que atende crianças e adolescentes oriundos de famílias da classe trabalhadora da Região Leste de Goiânia com uma proposta de valorização humana e inclusão social.

Na perspectiva de garantia de direitos se busca a sistematização de ações exitosas como a Escola de Circo e a efetivação de políticas públicas e sociais que intervêm na realidade dos adolescentes, exercitando seu protagonismo e estimulando a autonomia, afastando-os da drogadição e marginalidade. Ao criar oportunidades de viverem outra realidade de vida, atuam como ferramenta de inclusão social podendo auxiliar na redução da inserção juvenil na drogadição.

4.2 Escola de Circo Dom Fernando (ECDF) e o protagonismo juvenil.

Fundada em 1996, a Escola de Circo faz parte do Instituto Dom Fernando - IDF. Constituíam-se em órgão mantido pela Sociedade Goiânia de Cultura. *A priori*, as atividades eram realizadas no centro comunitário pelo arte-educador e ator catarinense Valdemir de Souza, o arte-educador Maneco Maracá e o arte-educador Manuel Alves de Jesus, o palhaço Sapequinha. Os últimos são oriundos do projeto popular Araguaia Pão e Circo desenvolvido com os povos ribeirinhos em São Félix do Araguaia (entrevista com arte educador Maneco).

A implantação da Escola de Circo na praça do Jardim Dom Fernando adveio do Projeto Meia Ponte. A estruturação contava com cinco programas para desenvolver as atividades de Horta Medicinal, Cooprec, Escola de Formação da Juventude e Escola de Circo. O público

compreendia a fase dos 13 aos 26 anos de idade em situação de marginalização. Alguns faziam uso de substâncias psicoativas e estavam envolvidos na prática de pequenos delitos, vítimas e protagonistas da violência entre as torcidas organizadas (SILVA,2009).

Sem um espaço definitivo, as atividades eram realizadas em um ambiente provisório cedido pela Igreja Católica, permanecendo assim até a chegada da lona ofertada pelo ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. Uma grande mobilização por parte dos moradores, principalmente os jovens, resultou na construção da Escola de Circo na praça do Bairro Dom Fernando I, presente até os dias atuais. Bairro segregado sem acesso a programas e políticas voltadas para a fase juvenil, com a chegada do projeto Escola de Circo os meninos e meninas se impressionam com a arte, os malabares, a perna de pau e o monociclo (SILVA,2009).

A Escola de Circo Dom Fernando se transforma em um dos programas de Extensão da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), que desenvolve um trabalho voltado à promoção da cidadania por meio de atividades socioeducativas e culturais, execução fundamentada na metodologia do Circo Social. As atividades são realizadas através de oficinas aplicadas pela equipe de arte-educadores, processo educativo que acontece de forma lúdica e criativa tencionando fortalecer o protagonismo dos educandos (ECDF, 2016).

Localizada na Região Leste de Goiânia, a instituição atualmente abarca 110 crianças e adolescentes entre 07 a 17 anos no contraturno escolar. A atuação da equipe multidisciplinar é composta por profissionais da pedagogia, serviço social, psicologia, arte-educadores e equipe de apoio constituída por um agente administrativo, uma cozinheira e dois serviços gerais.

As oficinas são realizadas nas terças e sextas-feiras, nos turnos matutinos com a turma Palhaço Palito e vespertinos com a Turma Astley. Os educandos participam de rodas de conversa, expõem suas ideais e opiniões em relação às experiências vivenciadas no circo de forma democrática, cujo objetivo é promover o protagonismo e fortalecer o processo participativo dos educandos (ECDF, 2016).

Assim, promover a participação dos jovens a partir do protagonismo juvenil é também facilitar o acesso do jovem aos novos espaços de participação social e política, resgatando o elemento transformador inerente à condição juvenil e canalizando-o para uma atuação saudável (BRENER.2016, p.05).

A ECDF conta com voluntários e estagiários de diversas áreas do conhecimento, como Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Dança, Música e Teatro. Para a realização das atividades circenses, a Escola de Circo dispõe da atuação dos educadores responsáveis na realização das seguintes oficinas:

- Técnicas de equilíbrio: perna de pau, rola-rola, monociclo, arame, bola equilibrista;
- Técnicas de manipulação: argolas, bolas, claves, diablete, diabolô, bambolê, *swing*, prato chinês e corda;
- Dramaturgia: comicidade, melodrama e ilusionismo. Acrobatas: aéreas, canto, dança;
- Leitura de Mundo: Leitura de Histórias, discussão e apresentação sobre o ECA, narração de histórias, criação de histórias, empréstimo de livros, leitura de jornais, gibis, textos informativos, poesia, crônicas, letras de música, charges, pensamentos, contos e demais;
- Iniciação Esportiva: jogos de futebol, basquete, voleibol, futsal, handebol, atletismo, ping pong e outros;
- Recreação: brincadeiras tradicionais como amarelinha, pique pega, queimada, pipa, cobra cega, pular corda, salva cadeia e outros;
- Jogos Cognitivos: dama, dominó, quebra-cabeça, xadrez e jogos cantados.
- Capoeira: movimentos e golpes baixos da Capoeira Angola; golpes e movimentos da Capoeira Regional, movimento fundamental, movimentos básicos, golpes desequilibrastes, balões, golpes modernos, canto, instrumentos e ritmos da Capoeira Angola, Regional e contemporânea, roda de capoeiras tradições e rituais;
- Dança: maculelê, puxada de rede, dança guerreira, dança do fogo, dança afro, samba de roda, frevo, cirandas e outras.
- Percussão: atabaque, surdo, pandeiro, berimbau, triângulo, reco-reco, cajon, cuíca e demais.

O trabalho é cuidadosamente planejado pelos educadores, profissionais detentores do conhecimento sobre artes circenses, corpo e expressões artísticas. Artífices que nem sempre tem tanta visibilidade, mas são responsáveis por criar um mundo de possibilidades para os educandos usando a arte como recurso pedagógico para transmissão de saberes e valores. Com uma linguagem didática, emergente e atrativa ligada ao divertimento, lazer e entretenimento, os arte-educadores se apropriam da metodologia do circo realizando atividades com funções educativas (TRINDADE,2009).

A função dos mestres é de suma importância para que haja interação profícua dos aprendizes.

Com o cuidado em manter uma relação de respeito e espaço ao diálogo, eles atuam buscando a promoção da autonomia e liberdade dos educandos. Uma forma bem didática adotada em cada encontro é a roda de conversa em formato de círculo para promover a participação geral. Nesse momento da roda, cada pessoa é estimulada a falar e ninguém se sente melhor do que o outro pois não existe hierarquia, no círculo todos tem espaço, voz e visibilidade (TRINDADE, 2009).

Para os aprendizes o circo se torna um lugar onde todos são iguais, nos quais suas limitações são superadas porque são estimulados a acreditarem em si. É um ambiente em que as vozes deles sempre serão ouvidas, em que se potencializa o saber, a criatividade e os possibilita o reconhecimento enquanto mestres em potencial. A arte é um estímulo à transformação social desses sujeitos, traz sobre eles um novo olhar sobre si e em torno da sociedade (TRINDADE,2009).

Cada atividade colabora de forma significativa para o desenvolvimento de habilidades e competências, trabalhando a autoestima e confiança como elemento de inclusão e promoção social, com espaços de representatividade que fortalecem o protagonismo cidadão de cada educando/a. Por meio das atividades os adolescentes ocupam o tempo livre se retirando da ociosidade, aprimorando e superando limitações, aprendendo de forma lúdica a se construírem como sujeitos de direitos e atores sociais na construção de sua história (SANTOS: GOMES, 2016).

O protagonismo juvenil se constitui como um dos elementos fundamentais na vida dos educandos. Protagonismo é uma palavra em latim derivada de “protos”, que quer dizer principal ou primeiro, e “agonites”, lutador ou competidor. É um termo bastante empregado no teatro para definir o autor principal da encenação. A aplicação do termo na educação é como um estímulo para a participação do jovem nos contextos aos quais está inserido, sejam eles social, pessoal ou político, contribuindo para sua formação enquanto ator social (BRENER,2016).

O protagonismo juvenil é parte de um método de educação para a cidadania que prima pelo desenvolvimento de atividades em que o jovem ocupa uma posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos (BRENER, 2016.p.67).

Como a educação não formal, o protagonismo perpassa o âmbito da escola: é a afirmação da importância da participação juvenil no que diz respeito à vida em sociedade, a cooperação nos projetos sociais e comunitários. Através do protagonismo, aquele grupo assume um papel ativo na sociedade ao participar de ações na comunidade e socializar ideias que vislumbrem a transformação política e social no desenvolvimento enquanto cidadão (SANTOS.GOMES,2016).

O processo do protagonismo envolve criatividade, ação, autonomia, conhecimento. A autoconfiança estimula a cidadania e a incorporação da juventude na sociedade, onde desenvolverão suas potencialidades e talentos mostrando-lhe serem capazes de influenciar na construção de uma sociedade justa. Para isso, é indispensável a construção de espaços em que jovens sejam ouvidos de forma democrática, ambientes onde haja liberdade de expressarem percepções em defesa de seus direitos (BRENER,2016).

Assim, a concepção de Educação contida na proposta de protagonismo juvenil deve ser entendida de forma abrangente, não podendo limitar-se à Educação escolar, mas incluindo outros aspectos que possam auxiliar os jovens no exercício da vida pública, como o desenvolvimento pessoal, profissional, as relações sociais e o trato com as questões do bem comum. Ao mesmo tempo os espaços educacionais devem ser compreendidos como múltiplos, ultrapassando os muros das escolas e atingindo outros espaços de referência, como organizações sociais, movimentos sociais, etc. (BRENER,2016 p.3).

Processos educativos que formam a consciência crítica acerca das transformações sociais permitem participação de forma objetiva, proativa e efetiva. O protagonismo educativo não se trata de uma representatividade simbólica, sendo que, cada qual tem em si mesmo o seu protagonismo, mas se faz necessários espaços para se trabalhar buscando uma perspectiva transformadora através do protagonismo positivo (BRENER,2016).

Assim, o protagonismo juvenil passa a ser compreendido como um processo educacional que permitirá aos jovens a preparação necessária ao pleno desenvolvimento deles visando, entre outros objetivos, a uma participação social mais efetiva, mais proativa, quando adentrarem na fase adulta (SANTOS, GOMES, 2016.p.483).

Objetiva-se trabalhar o protagonismo efetivo como um processo educativo que desloca o adolescente para o centro, na construção de diálogos não apenas com participações pontuais ou diretivas onde apenas reproduzirão ideias já construídas por seus intermediadores. Quando se fala em representatividade juvenil se pensa em possibilitar espaços onde poderão exercitar sua cidadania com as próprias ideias, anseios, críticas, espaços de visibilidade (SANTOS.GOMES,2016).

O protagonismo simbólico é por vezes utilizado somente para mostrar à sociedade, em determinados momentos, eventos, congressos, a insignificante importância do jovem em determinados espaços. Protagonismo sempre à sombra de um adulto, falando de ideias construídas sob o olhar de terceiros. É o que justamente precisamos, as formas de protagonismo em suas várias manifestações, podendo ser positivo ou negativo (SANTOS.GOMES,2016).

As propostas desenvolvidas na Escola de Circo são extremamente relevantes no tocante ao fortalecimento das relações sociais dos educandos, engendrando em suas vidas expectativas e perspectivas reafirmadoras da importância de sua participação na vida social, política e

cultural da comunidade. Ratificando o protagonismo juvenil, a ECDF atua com ações que propiciam experiências significativas para o público infante juvenil enquanto participante ativo na luta por seus direitos.

Art. 3º Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes:

II – Incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação;

III – ampliar as alternativas de inserção social do jovem, promovendo programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e participação ativa nos espaços decisórios; (BRASIL,2013).

Em parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA-GO), os educandos da ECDF participam efetivamente de reuniões, seminários e conferências em que são discutidas propostas e ações que visem a proteção integral da criança e do adolescente e estratégias de enfrentamento à violência e a garantia desses sujeitos às políticas públicas (BRASIL,2017).

I – a participação do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

II – o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades, regiões e o do País;

III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens;(…) (BRASIL,2013)

A participação dos adolescentes acontece através do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA), formado por 47 adolescentes representantes do respectivo estado ou município. As conferências municipais, estaduais, distritais e nacionais acontecem a cada dois anos, conforme disposto na Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU). O CPA vem atender à exigência de participação democrática da criança e do adolescente na sociedade enquanto direito.

Art.1º Garantir a participação de crianças e/adolescentes, na comissão organizadora das Conferências Nacionais, Estaduais, Distrital e Municipais, na proporção de 1 (um) adolescente/criança para 2 (dois) adultos. Parágrafo único. Caberá aos Conselhos dos Direitos criarem mecanismos que garantam a efetiva participação de crianças e/ou adolescentes na comissão organizadora (BRASIL,2017, p,46).

Na ECDF há grupos de representatividade infantil e jovem cujo intuito é incentivar o protagonismo juvenil. Os educandos são eleitos em 4 titulares e 4 suplentes para compor os grupos, e após eleitos, passam a participar dos seminários, conferências, assembleias e demais composições. O grupo formado por adolescentes de 12 a 17 anos é chamado de Voz Ativa do Adolescentes.

O CPA-GO é constituído por adolescentes de diversas regiões de Goiás como Novo Gama, Uruaçu, Goiânia e Aparecida de Goiânia. Encontra-se assessorado pela Comissão Voz

Ativa do CEDCA/GO e as reuniões do CPA-GO acontecem uma vez ao mês como Assembleia Ordinária. As pautas são sempre arguidas com antecedência pelos participantes (ECDF, 2016).

A ECDF é um espaço onde os adolescentes têm visibilidade, socialização e voz ativa, seja por meio das atividades culturais realizadas com os arte-educadores com a arte circense, das rodas de conversas, da participação no planejamento ou mediação de atividades pontuais e temáticas que resultam na aprendizagem dos educandos e na apresentação de grandes espetáculos para a comunidade.

Para efetivação do trabalho social, a ECDF conta com a atuação do profissional da Assistência Social, que também é Conselheiro Titular da PUC Goiás no CEDCA/GO e coordena a Comissão Voz Ativa. Os aprendizes são acompanhados efetivamente pela equipe de profissionais que intentam apreender a realidade de suas famílias, determinando aos egressos sua assiduidade na escola, onde são acompanhados através das visitas institucionais e visitas domiciliares. Os educandos são oriundos de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social (ECDF,2016).

É esse contexto de exclusão social em que grande parte das famílias na Região Leste está inserida. Dentro de uma realidade precária, desassistidos em suas necessidades básicas, sem a efetivação de políticas e programas sociais que vislumbrem sua autonomia, liberdade que atendam suas necessidades e gerem expectativas para além do mundo paralelo ao qual vivem (MADEIRA, 1999).

O que inteligivelmente podemos observar nesses contextos é a falta de perspectiva e oportunidades para a população. A ausência do Estado em garantir a essas famílias políticas públicas que atendam suas necessidades para então viverem o com mínimo de dignidade possível. Essa ausência cria lacunas, distanciando esses adolescentes de outras classes sociais e do acesso a programas que enfatizam sua autonomia e valorização cidadã (BERGANO,2001).

No desempenho deste tipo de atividades, os jovens internalizam valores, fazem e externalizam suas escolhas legítimas – podendo reforçar sua autoestima e protagonismo –, dão vazão a sentimento de frustração e protesto, e constroem laços de solidariedade e cooperação com outros. Assim, são poderosos canais de expressão e afirmação positiva da identidade, e por essa razão constituem fortes contrapontos à violência (BRENER,2016, p. 54).

Diante desse contexto desigual e excludente em que vivem essas famílias, é oportuno conhecer, avaliar e entender em que medida o trabalho social que atende a juventude da Região Leste tem representado uma alternativa de referência na vida dos educandos e suas famílias. Para uma população socialmente excluída, o desenvolvimento pessoal só se torna possível mediante oportunidades e alternativas capazes de modificar a sua realidade, reconhecendo-os

enquanto sujeitos de direitos aptos a exercer a cidadania e construir sua história sabendo que uma outra realidade de vida é possível.

4.3 O Circo Social e suas contribuições para a transformação humana e social dos educandos/as.

Neste capítulo a sistematização dos dados colhidos através das entrevistas com homens e mulheres que em momentos diferentes foram egressos do circo social. As entrevistas buscam conhecer e avaliar a relevância do trabalho social na vida de jovens oriundos de bairros periféricos e segregados.

A primeiras entrevistas foram realizadas com alguns jovens, sendo uma do sexo feminino e quatro do sexo masculino, sendo selecionados com base nas experiências durante sua permanência no enquanto educandos /as do circo social. Foram realizadas duas etapas de entrevistas, sendo a primeira com egressos do circo, e a segunda etapa com profissionais fundadores e cofundadores de projetos social da cidade de Goiânia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Os primeiros entrevistados serão mencionados pelas iniciais de seus nomes, para sigilo de suas identidades.

1. Como se deu seu primeiro contato com o circo social?

Entrevista com egresso V.S.

“Entrei na escola de circo com meus 11 anos de idade. Estava com muito tempo sobrando fora as minhas aulas na escola que era matutino e também um programa chamado projeto amar no vespertino, então consegui intercalar entre as duas coisas durante a semana”

V.S, entrou no circo ainda criança foi um momento de muito aprendizado, não somente com a arte circenses mais também para sua história de vida. V.S venceu a timidez por que lhe foi dado um espaço onde ela podia se manifestar, mesmo com as limitações ela conseguia se expressar e hoje reconhece a importância do trabalho social em sua vida.

Essa é a realidade de muitos jovens que vivem expostos a drogadição, em um cenário próprio ao uso de substâncias psicoativas. Para esses jovens o desafio de superação da realidade na qual estão inseridos se torna ainda maior quando não há programas de inclusão social.

Entrevista com egresso D.S.

“A época em que eu entrei no circo tinha 6 anos, conheci através do meu tio que era palhaço. Minha avó trabalhava como cozinheira na Escola isso facilitou para que eu ingressasse no circo. Sai do circo aos 17 anos, vivi lá muito tempo graças a Deus. A escola de circo foi me lapidando, sempre me ensinando como prosseguir, a saber respeitar, saber esperar minha vez, a saber ter um pensamento crítico e não ter o senso comum, ter minha própria opinião”.

O circo social é mais do que um espaço de diversão e arte, se trata de um espaço de diálogo, de oportunidades e muito conhecimento. Nem todos os que passam pelo circo serão artistas e nem é essa a real motivação dos arte educadores, mais para alguns o circo possibilita a construção de uma profissão. É o caso de F.N que relembra suas experiências enquanto egresso que se tornou um arte-educador e multiplicador da arte circense.

Entrevista com arte-educador F.N.

“Vi pela primeira vez o projeto em uma bela manhã quando estava indo comprar pão, em 1996 com 13 anos de idade vejo na praça do Jardim Dom Fernando I alguns adolescentes andando de perna de pau achei o máximo. Quando cheguei em casa falei para minha mãe que queria participar e aprender também, minha mãe logo disse “Cê é doido menino esse povo vai é te roubar, povo de circo pega o povo e vai embora”. Após insistir ela permitiu e eu comecei a participar das atividades, me encantei com o circo, foi uma oportunidade que tive de conhecer algo novo.

A possibilidade de visibilidade através do protagonismo da autoestima e valorização cidadã, são de fato relevantes para criar um caminho de oportunidades para os jovens das camadas populares. O arte-educador M.V teve sua experiência enquanto egresso da ECDF, através do trabalho social ele pode conhecer a arte que traria um novo olhar e novos projetos para sua vida.

Entrevista com arte-educador M.V.

“Um dia eu vi um amigo andando de perna de pau na praça, na época a ECDF funcionava na praça no centro comunitário. No início minha mãe não deixava a gente participar porque havia alguns meninos do bairro que iam e faziam o uso de “cola”, ela temia que pudessemos nos envolver e começar a usar também”.

O jovem M.G, egresso da Escola Pernambucano de Circo em Pernambuco (EPC), esteve exposto a drogadição e exclusão social desde sua infância. A realidade da maioria dos nossos jovens.

Entrevista com arte-educador M.G.

“Eu vivi minha infância e adolescência exposto ao álcool, cigarro, com 8 anos de idade foi minha experiência com álcool. Era um menino que vivia na rua, tomava banho no rio. Entrei no circo aos 09 anos por acaso, com um grupo de amigos. Foi paixão à primeira vista”.

O contexto de violência decorrente da drogadição é a realidade vivida por todos os entrevistados, alguns tiveram essa experiência dentro de seu círculo familiar, já outros com amigos ou conhecidos. Para esses jovens o trabalho social se tornou uma experiência positiva no enfrentamento do fenômeno, contribuindo para a formação cidadã dos egressos.

2. Em que medida o trabalho do circo social pode contribuir para formação cidadã dos egressos?

Entrevista com egresso V.S.

“Pude ficar sete anos da minha vida, conheci pessoas que acrescentaram, que também me colocaram lá no chão, conheci lugares com ideias “mirabolantes”, participei de oficinas com crianças, adolescentes até mesmo adultos, compartilhei da minha convivência com a dança para o mesmo, fui vaiada, aplaudida de pé, mais lá no fundo eu estava grata por ter vencido o gigante dentro de mim chamado medo. Abriu meus olhos que a vida é uma arte você pinta da cor que quiser ou deixe em preto e branco. Que tenhamos voz quando é pra ter e silêncio quando é pra ficar. O melhor ponto que se destaca é a roda de conversa. Chorei, sorri, fiz brincadeiras, mostrei meus hobbies, fiquei quieta na minha, mais não deixava de ser uma ótima tarde “.

Entrevista com egresso D.S.

“Graças à experiência com o circo hoje tenho minha própria independência como artistas circense, trabalho em projetos sociais, animação de festas e eventos. A formação na escola de circo foi fundamental para mim, sempre me mostrando o caminho, sempre me direcionou. Infelizmente na minha família eu tenho minha mãe e meu pai que são dependentes químicos, eu sempre tive a oportunidade de ser dependente, de vender drogas e seguir outros caminhos. E lembro como se fosse hoje um dia em que um rapaz chegou me oferecendo para levar drogas em troca ele me daria dinheiro, e se eu tivesse aceitado seria um dinheiro fácil, a gente começa uma vez vai duas vezes e quando percebe já está envolvido no mundo das drogas e até mortos. Já teve casos de amigos adolescentes que estiveram ali no circo participando das rodas comigo que eu estava junto que hoje está de baixo da terra ou presos. Graças a Deus mesmo com meus pais envolvidos com drogas eu tive a oportunidade de escolher outro caminho, sou muito grato aos educadores que investiram na minha vida”.

O trabalho social foi de fundamental importância para superar sua realidade de vida. Um lugar onde ele teve a oportunidade de protagonizar e construir sua história, através do circo D.S viu que era possível uma outra realidade de vida onde ele seria capaz de enfrentar as adversidades e privações postas no contexto de exclusão social ao qual estava inserido.

Entrevista com arte educador F.N.

“Hoje eu compreendo que os estímulos dos arte-educadores foram necessários para meu desenvolvimento. Através do circo pude aprender a aceitar o outro e respeitar as várias formas de se pensar de cada um. Assim pude me tornar um ser da sociedade com pensamentos alternativos dentro daquela história e cultura de vida. Uma das formas de inclusão acontecia por meio dos espetáculos, a gente montava e ia em diversos espaços e diversas classes sociais, isso nos possibilitava ter acesso a lugares que provavelmente não teríamos se não fosse por meio da arte, do circo “.

A formação maior para os educandos é a educação libertadora e crítica, para F.N. o circo pôde proporcionar um projeto de carreira, F.N que começou como educando se tornou uma arte-educador, um multiplicador das artes circenses, transmitindo todo conhecimento adquirido ao longo de sua trajetória para a geração futura, ensinando através da arte e da magia os saberes populares

Entrevista com arte educador M.V.

“O circo contribuiu muito para minha formação humana e cidadã, as pessoas passaram a me ver como um artista, fazia apresentações na escola, para a comunidade. Hoje sou professor de Educação Física, fui convidado pela arte-educador e palhaço sapequinha para trabalhar como arte-educador na ECDF, pude contribuir para as crianças e adolescente da minha comunidade, do meu bairro durante 10 anos “.

M.V teve sua trajetória no circo social desde criança, de educando a arte-educador, tornando-se um multiplicador das artes circenses. Bem como a maioria veio de família da classe trabalhadora e através do circo pode ganhar uma bolsa de estudos e realizar o sonho de se formar em uma Universidade, o que construiu para sua carreira profissional.

Muitos de nossos jovens vivem em um cenário de drogadição, onde desenvolvem sua dependência em substâncias psicoativas. Alguns vivenciam casos bem de perto com seus familiares, o risco não está somente nas ruas mais também nas escolas e dentro de casa.

Entrevista com arte educador M.G.

“Tive contato com as drogas, passava noites fazendo o uso, perambulando pelas ruas, dos 17 aos 22 anos de idade fazia o uso de substâncias psicoativas: maconha, loló, fui viciado em crack por anos e hoje estou limpo há 11 anos. O circo foi fundamental, me proporcionou conhecimento, eu sou o resultado de um trabalho social do circo social.”

3. O circo social como espaço de inclusão e valorização cidadã.

Entrevista com egresso V.S.

“Hoje sigo na área da saúde e aos finais de semana visito pacientes de jaleco e maquiada de palhacinha por onde passo sempre falo o momento inesquecível da minha vida na escola de circo social, aos educadores e alunos que comigo conviveram sou grata”

Entrevista com egresso D.S.

“Cara e todo dia no circo era um momento diferente, era uma coisa muito louca, todos os dias era uma coisa nova, a gente vivia como uma família, os educadores sempre souberam ouvir a gente, as vezes eu chegava lá desorientado com os problemas na família e ali era onde a gente descarregava, se abria com os educadores e eles nos direcionava para as psicólogas que nos acompanhavam. Outra coisa muito bacana é que a escola de circo sempre acompanhava nosso desempenho na escola, era um ciclo a escola, a família e o circo. Através da escola de circo eu conheci o Circo de Soleil que eu nunca imaginei que um dia eu conheceria e tive a oportunidade de ir três vezes assistir aos espetáculos. Participei de vários projetos sociais da cidadania, projeto ciranda, formação com artistas nacionais. Um dos momentos mais especiais foi quando vi minha mãe e minha família me observando no picadeiro durante a nossa apresentação”.

Para D.S o estado deveria olhar mais por esse lado, investir em projetos sociais, multiplicar projetos como esses espalhados por todo Estado de Goiás, pois através da ferramenta do circo é possível educar, de forma lúdica e prazerosa.

Entrevista com arte - educador F.N.

“Me apaixonei pela arte circense e hoje é uma prática da minha vida, filho de uma mulher trabalhadora e aguerrida que sempre me motivou a sonhar e acreditar mesmo sem ter condições de investir financeiramente. Hoje vivo a arte no meu dia a dia, minha experiência com o circo me instigou a ser uma arte-educador, durante 10 anos estive partilhando com crianças e adolescentes no Circo Laheto e atualmente na ECDF. E com minha trupe no Grupo Assas de Picadeiro onde fazemos espetáculos nas feiras, praças e outros espaços levando alegria e diversão as comunidades.”

Orgulhoso de sua história F.N partilha de suas conquistas e avanços pessoais e profissionais, hoje como arte educador percebe a importância da referência na vida dos educandos/as.

Bem como o arte-educador M.V. oriundo do circo social, entende a importância da arte, cultura e educação na vida dos meninos e meninas que por vezes desvalorizados são desafiados a acreditarem, e construir um plano de carreira tanto pessoal como profissional.

Entrevista com arte educador M.V.

“Infelizmente falta oportunidade para cada um e cada uma para acreditar em seus potenciais. As pessoas carecem de arte, educação, saúde e cultura. O circo me proporcionou conhecer o Brasil, sai do bairro Dom Fernando para o conhecer um pedaço do Brasil, através do circo tive acesso à Universidade.”

A perspectiva engendrada na vida desses autores sociais potencializa suas habilidades e talentos para além da lona do circo, para além do picadeiro. Tornando-se multiplicadores da arte e dos sonhos.

Entrevista com arte educador M.G.

“O circo me deu a possibilidade de transformação humana, foi onde me descobri e me especializei, me identifiquei com o arte-educadores e hoje sou um dos multiplicadores da arte circenses.”

M.G viveu sua infância e adolescência sendo privado de seus direitos básicos, bem como muitos outros adolescentes M.G teve suas experiências com substâncias psicoativas ainda quando criança. Infelizmente chegou a perder parte de sua vida enquanto estava sob a dependência de substâncias psicoativas. Sua trajetória é marcada por grandes perdas e desafios, sua determinação e persistência foram fundamentais para que ele pudesse superar e manter-se limpo

Diante da carência de policias públicas voltada para a promoção da cidadania e garantia de direitos da juventude, o trabalho do circo social tem sido uma excelente ferramenta tanto de

inclusão como também no enfrentamento a violência. Um projeto educacional e interventivo que dialoga com as políticas públicas buscando atender as demandas das classes populares.

A segunda etapa das entrevistas foi direcionada a profissionais e a segunda etapa com profissionais fundadores e cofundadores de projetos social, pessoas públicas autores de livros e diversos artigos relacionados a metodologia do circo social.

São relatos de profissionais que contribuíram e contribuem para construção do trabalho social no Brasil e em Goiânia, como o cofundador do Circo Laheto, arte - educador Maneco Maraca, Bórica Júnior e Zezo Oliveira fundadores da Escola Pernambucana de Circo no Recife, e a cofundadora da Rede Circo do Mundo Cléia

1. O processo de inclusão social proposto através da metodologia do Circo Social.

Um dos pioneiros responsáveis pelo início do projeto social no Bairro Dom Fernando, fundador do Circo Laheto e arte educador Maneco Maracá, partilha em seu relato os desafios, as e a importância do projeto na vida dos educandos/das e suas famílias.

Entrevista com cofundador do Circo Laheto, Maneco Maracá.

Quando falamos do circo social educação popular estamos falando de um diálogo permanente com o jovem e possibilitando o crescimento desenvolvendo a ele busca pelo protagonismo. Sem dúvida o Circo Social é um elemento transformador. O circo é uma tecnologia de ponta, transformadora, atraente, prazerosas. E estar no espaço que gosta possibilita a transformação e o protagonismo, no caso do Laheto a gente estimula os jovens a participar dos conselhos, das reuniões que propicie dialogo transformadores. Além disso vários jovens que passaram pelo Laheto e outros projetos sociais, estão na Bélgica, Rio de Janeiro, Campo Mourão outros em Goiânia desenvolvendo seus trabalhos através das artes circenses que ocuparam outros espaços pedagógicos outros universos da educação (arte educador Maneco Maraca).

Um dos pioneiros responsáveis pelo início do projeto social no Bairro Dom Fernando, fundador do Circo Laheto e arte educador Maneco Maracá, partilha em seu relato e a importância do projeto social na vida dos educandos/das e suas famílias.

O circo social surge no Brasil com grandes representantes das artes circenses, um deles é o diretor circense, produtor cultural, pesquisador, arte-educador e palhaço Boris Trindade Júnior, conhecido como bórica. Um dos responsáveis pela implementação do circo social em Recife, bórica também foi o idealizador do projeto que resultou no documentário “Circo Social no Brasil” publicado em 2009 na cidade de Recife. Bórica como é conhecido, relata em seu livro as experiências dos vários arte - educadores e o nascimento das primeiras escolas de circo e do circo social.

Entrevista com cofundador da CIA Brincantes de Circo, PE, Bórica Junior.

“Trabalhamos a arte circense como ferramenta de trabalho no intuito de formar cidadão. A preocupação não é a quantidade de bolas que conseguem equilibrar nos malabares. Mais importante do que a cidadania é trabalhar a autoestima. Os meninos que se envolveram no tráfico não têm perspectiva do amanhã, não sabem que vão comer ou vestir. A única perspectiva é a morte ou a cadeia. Para eles o tráfico é a figura do traficante são as suas principais referências é uma inversão de valores onde o traficante o bandido é o herói e a polícia o vilão.”

Um dos trabalhos desenvolvidos com a metodologia das artes circenses de grande porte no Brasil foi fundada em 1996 na cidade do Recife em Pernambuco. A Escola Pernambucana de Circo (EPC) fundada pelos arte-educadores Zezo de Oliveira acompanhado de Bórica Júnior. Com a perspectiva de trabalhar com meninos e meninas de classe pobre a EPC se tornou referência para as outras escolas de circo que viriam posteriormente, uma instituição consolidada também na formação de artistas circenses.

Em entrevista com um dos fundadores da EPC é possível compreender a importância do trabalho social desenvolvida de as famílias de um bairro pobre. Através da arte possibilitar a inclusão de crianças e jovens que vivem à margem de uma sociedade

Entrevista com cofundador da EPC, Zezo Oliveira.

“O circo social trabalha a inclusão de forma integral, de forma que os educandos possam se conhecer e se descobrirem, superando os limites da brincadeira e de si mesmo. Não se trata de uma metodologia salvacionista, é um instrumento de educação onde trata o humano de forma integral, é uma metodologia cultural ligada a arte, a escola e a família. A aprendizagem acontece através da brincadeira, estimulando a vida e a consciência crítica, a vivência contribui para que ele compreenda como sujeito de história. Momentos de alegria e fantasia onde eles se empoderam, e não são mais aquelas crianças pobres, são os artistas. É um processo de brincadeira buscando o conhecimento da realidade, onde se disciplina brincando. Quando estão no arrame se equilibrando, aprendem a superar seus limites e se equilibram também para a vida, o circo social é um ferramental pedagógica, antropologia do processo de aprendizado, uma aprendizagem significativa “

A entrevistada relata a importância do circo social na vida e construção das histórias de muitas crianças e adolescentes educandos que tiveram acesso aos projetos os quais ela se engajou, como um dos primeiros projetos realizado na cidade do Rio de Janeiro “Se essa Rua Fosse Minha”.

Entrevista com a cofundadora da Rede Circo do Mundo, Cléia.

“O circo é um espaço aberto, um ponto de reflexão onde a cada dia surge uma nova experiência, novas referências, novos pressupostos. É um espaço de disputa de direitos no campo do meio popular, com a utilização das artes circenses no processo educativo, seres pensantes portadores de capacidades. Um lugar que possibilita aos educandos se descobre enquanto sujeitos de direitos e capacidades múltiplas “

Mais do que formar artistas o circo social desenvolve suas atividades na perspectiva de uma educação crítica na abordagem do conhecimento. Sendo um espaço onde possibilita a

inclusão social e o reconhecimento cidadão, estimulando a autoestima dos educandos/as e de suas famílias, reconhecendo-os enquanto sujeitos de direitos.

O circo social é mais do que um espaço de diversão e arte, se trata de um espaço de diálogo, de oportunidades e muito conhecimento. É sabido que o circo social tem se tornado uma ferramenta capaz de enfrentar o fenômeno, mais não somente, faz-se necessário ações integradas da comunidade, estado, polícia na articulação de projetos efetivos que proporcione o protagonismo voltado a promoção da cidadania e no fortalecimento do protagonismo juvenil.

2. O circo social e o fortalecimento do protagonismo juvenil

Entrevista com arte – educador Maneco Maracá.

Então o Circo Social é extremamente transformador, além da consciência ele traz de fato oportunidades permanentes pra vida dos educandos. Eu acho que talvez é um investimento muito barato, para o enfrentamento da violência, o governo deveria investir muito mais na cultura, Circo Social como metodologia transformadora para que possamos espaços, mais diálogos e consequentemente mudar esse cenário caótico (arte educador Maneco Maracá).

Entrevista com cofundador da EPC, Bórica Junior.

“No circo a arte é um processo de inclusão de autoestima, eles se tornam protagonistas são o foco, a estrela. No circo é onde todos precisam de todos, onde todos se ajudam, família, cuidado e união, onde um abre espaço para que todos possam ser reconhecidos”.

Entrevista com cofundador da EPC, Zezo Oliveira.

Um dos momentos importantes de protagonismo acontecem através roda de conversa, onde encontram o espaço de diálogo podendo questionar e se relacionar, podendo então construir uma comunidade de aprendizagem onde cada um contribui com o conhecimento que tem (Zezo).

Entrevista cofundadora da Rede Circo do Mundo, Cléia.

“O circo é um lugar onde reafirma o protagonismo daquele adolescente pobre e negro dos bairros periféricos estigmatizado como os moleques, trombadinhas, bandidos, mudando o olhar da sociedade sobre. A instituição entra na disputa com espaços de luta pelos direitos da juventude. A construção da Rede Circo do Mundo foi uma trajetória de muita luta, disposição e construção de direitos, a rede se uniu em função da juventude popular”.

Faz-se necessário articular projetos e programas que alcance essas famílias, fortalecendo o vínculo social na perspectiva de trabalhar o protagonismo e a valorização cidadã, vislumbrando a, participação democrática das camadas populares na formulação de políticas públicas valorizando a participação da comunidade nas tomadas de decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude do que foi apresentado, nota-se que a inserção dos adolescentes na violência tanto como autor ou vítima torna-se um fenômeno presente na realidade dos brasileiros, em específico dos que vivem em situação de vulnerabilidade social. Dado o processo de exclusão e desqualificação das camadas populares, inseridas em um cenário propício ao primeiro contato com as drogas.

A pesquisa buscou analisar as contribuições que o trabalho social sendo desenvolvido em lugares de segregação e marginalização social. Nota-se o descaso do Estado com a população negra, que por décadas vem sendo alvo das várias manifestações de violência perpassada pela necropolítica e pelo racismo estrutural enraizado na nossa sociedade. Uma população por vezes esquecida e desumanizada por uma sociedade classista e racista, delimitados a viverem a exclusão expressa na sua condição de subcidadania.

A população negra vive a margem de uma sociedade escravocrata, a juventude negra e periférica no Brasil vive na condição de suspeitos, marginais, invisibilidade e inferioridade. Uma juventude sem perspectivas de um futuro promissor, com possibilidades restritas tanto para o mercado de trabalho como também para um futuro acadêmico. Diante da carência e do não acesso aos bens públicos acabam buscando meios para suprir suas necessidades, ao negar-lhes as chances a sociedade acaba os conduzindo a situação de drogadição e a criminalidade como forma de sobrevivência.

A drogadição no Brasil é tratado como problema de polícia e não como um problema de saúde pública como deveria ser. Não existem políticas públicas voltadas para prevenção e enfrentamento do fenômeno que alcance as comunidades e bairros pobres onde se concentram um número maior de drogadição e violência.

Dessa forma a pesquisa trata-se de uma análise sobre a metodologia do circo social que tem como principal objetivo a inclusão e socialização de jovens oriundos de bairros periféricos. O circo se torna um espaço de oportunidade, que agrega e incluem aqueles que por vezes são excluídos e esquecidos, um espaço que recebe e acolhe os jovens negro da periferia, ali eles não são a penas jovens negros e periféricos, são cidadãos, são artistas, são protagonistas, ali suas potencialidades se tronam visíveis.

É justamente projetos como o circo social de valorização, que eleva a auto estima desses atores sociais dos bairros segregados levando – os para outras realidades, outros espaços de valorização, de protagonismo de visibilidade onde suas vozes são ouvidas. Ratificando a importância da participação cidadã e política, criando alternativas de referência na vida dos educandos, tornando-os autores na construção de sua própria história podendo superar a realidade a qual estão inseridos.

Sabe-se que o circo social é sim uma ferramenta que apresenta na sua história resultados positivos, porém insuficiente, para tanto pensar na superação da violência exige ações múltiplas, de forma integrada e conjunta. Projetos de valorização cidadã, profissionalização, educação, cultura, esporte e lazer.

A pesquisa busca contribuir para novas análises e investigação acerca do fenômeno, buscando conhecer projetos exitosos e efetivá-los. Para os que excluídos a superação só se torna possível se tiverem a oportunidade de enfrentarem o fenômeno, e construir suas histórias a partir da possibilidade de serem respeitados enquanto sujeitos de direito.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Vera. Caso Ágatha. 01 de out. de 2019. **O GLOBO**. 2020. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/busca/click?q=mortes+de+jovens+pela+polícia++menina+agatha&p=1&r=1606864284079&u=https%3A%2F%2Foglobo.globo.com%2Frio%2Fcaso-agatha-sem-mae-restituicao-de-morte-tem-participacao-de-dois-pms-23987868&t=informacional&d=false&f=false&ss=&o=&cat=&key=4d29f44002aa26a4fccbf bcb3238a0f2> > Acesso em: 20 de out. de 2020.

ABREU, Marina Maciel. **A Dimensão Pedagógica do Serviço Social**: Bases histórico – conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira PUC/SP, 2001.

ABROMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002. Disponível em < <http://livros01.livrosgratis.com.br/eu000077.pdf> > Acesso em: 02 de out. de 2020.

ANPUH – Brasil. **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)**: A constituição história de uma luta e o ensino de história. 30º Simpósio Nacional de História Recife, 2019. Disponível em < https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564689065_ARQUIVO_Anpuh2019-MNMMReoEnsinodeHistoria.pdf > Acesso em 18.nov.2020.

ALVES, Renato. SALLA, Fernando. **Matar ou morrer: uma guerra em que tanto policiais quanto cidadãos perdem**. Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. São Paulo, 03 de set. de 2020 Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/matar-e-morrer-uma-guerra-em-que-tanto-policiais-quanto-cidadaos-perdem.ghtml> > Acesso em: 20 de out. de 2020.

BERGANO, Marlene. Ócio e vício: Aumento de homicídios envolvendo jovens acompanha a tendência de crescimento do uso de entorpecentes. Risco com droga é maior entre pobres. **Folha de São Paulo**, São Paulo 06 de mai. de 2001. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0605200103.htm> > Acesso em : 30 de set. de 2020.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei Federal nº 8069/1990, Brasília, DF. Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Constituição Federal 1988**, Brasília, DF. Senado Federal. atualizada Guilherme Penã de Moraes, 3.ed. Indaiatuba, SP: Foco, 2019.

BRASIL, Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/da Assistente Social**. Lei de regulamentação da profissão 8662/93 10º ed. rev. atual. Brasília. 1993.

BRASIL, **Estatuto da Juventude**. Atos internacionais e normas correlatadas. Brasília. Senado Federal, 2013.

BRASIL, **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Resolução nº191. Seção 1. p. 46. Brasília, 2017. Disponível em : https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19113835/do1-2017-06-13-resolucao-n-191-de-7-de-junho-de-2017-19113828 > Acesso em : 20 de set. de 2020.

IBGE, Instituto Brasileiro Geografia e Estatística. **Desigualdade por raça ou cor no Brasil**. Informação Demográfica e Socioeconômica. n° 41. 13 de nov. de 2019. Disponível em

<<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 10 de jun. de 2020.

BRETAS, Valéria. Os crimes mais cometidos por adolescentes no Brasil. **Revista Exame**. 17 de dez. de 2016. Disponível em <> <https://exame.com/brasil/os-crimes-mais-cometidos-por-adolescentes-no-brasil/> Acesso em: 20 de set. de 2020.

BRENER, Branca Sylvania. Eca na escola: o que é o protagonismo juvenil. **Fundação Telefônica**, São Paulo, 01 de dez. de 2016. Disponível em <<http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/colunistas/o-que-e-protagonismo-juvenil/>> Acesso em : 01 de Mai. de 2020.

CEFSS, Manifesta. **Os impactos da corona vírus no trabalho do/da Assistente Social**: Serie: conjuntura e impacto no trabalho social. Brasília – DF, 2020. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2020CfessManifestaEdEspecialCoronavirus.pdf>> Acesso em 10 set. 2020.

CHAVES, Vitor Pinto. **O direito a Assistência Social no Brasil**: reconhecimento, participação e alternativas de concretização. Rio de Janeiro. Elsevier, 2013.

CLEMENTE, Heliwelton do Amaral. Trajetória do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua no Recife na década de 1980. Universidade Federal Rural de Pernambuco Departamento de História UFRPE. Recife, 2018. Disponível em <https://repository.ufrpe.br/handle/123456789/825> Acesso em: 30 de out. de 2020.

CRUZ, Otavio Neto. MOREIRA, Marcelo Rasga. SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. A vida no tráfico: cotidianos de uma sociedade que não se reconhece. In: **Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2001, pp. 123-150. Disponível em < <https://portal.fiocruz.br/livro/nem-soldados-nem-inocentes-juventude-e-trafico-de-drogas-no-rio-de-janeiro> > Acesso em: 02, de out. de 2020.

DANTAS, Dimitrius, Imagens mostram policiais agredindo jovens em Paraisópolis. 03 de dez. de 2019. **O GLOBO**. 2020. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/busca/click?q=morte+de+9+jovens+em+paraisopolis&p=3&r=1606864940975&u=https%3A%2F%2Foglobo.globo.com%2Fbrasil%2Fnovas-imagens-mostram-policial-agredindo-jovens-em-paraisopolis-24115186&t=informacional&d=false&f=false&ss=&o=&cat=&key=97cfa8fa5b969715d73a737b41c6f15b> > Acesso em: 20 de nov. de 2020.

DUTRA, Thais. Centro-Oeste ocupa a 2° lugar posição no índice de assassinatos de adolescentes. 2015 Disponível em < <https://diariodegoias.com.br/centro-oeste-ocupa-a-2-posicao-no-indice-de-assassinatos-de-adolescentes/> > Acesso em : 20 de nov. de 2020.

GALLO, Fábio Dal. **A renovação do Circo e o Circo Social**. p. 25.29. ano.13 n° 15. 2010.2 UFBA-Bahia: Repertório, 2020. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/revteatro/issue/view/558> > Acesso em: 20 de out. de 2020.

GOULART, Gustavo. Reprodução simulada da morte do menino Jaó Pedro no Complexo do Alemão. Rio de Janeiro, 20 de out. de 2020. **O GLOBO**, 2020. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/busca/click?q=mortes+de+jovens+pela+polícia&p=19&r=160686>

4165692&u=https%3A%2F%2Foglobo.globo.com%2Frio%2Freproducao-simulada-da-morte-do-menino-joao-pedro-no-complexo-do-salgueiro-sera-feita-pela-policia-nesta-quinta-feira-24718175&t=informacional&d=false&f=false&ss=&o=&cat=&key=585b41b10a2b8060f34b6b5fb0544720> Acesso em: 02 de nov. de 2020.

GRABOIS, Claudia. CAVALCANTE Meire. Um golpe na inclusão social e no Estado Democrático de Direito. **A resistência ao golpe de 2016**. p. 74,78. Praxis,2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela :CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 26.ed.-São Paulo: Cortez. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **80 anos do Serviço Social no Brasil**: a certeza na frente, a história na mão. rev. n°. 128, p. 13-38, jan./abr. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2017.

IPEA, Atlas da Violência 2019. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum brasileiro de Segurança Pública 2019. Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf > Acesso em : 20 de. set. de 2020.

LACERDA, Natália Tobias. **Evolução Histórica do Crime Organizado**: e sua tipificação a luz do advento da lei n°12.850/13. Uni Evangélica, Anapolis.2018.

Disponível em < <http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/757/1/Monografia%20-%20Nat%C3%A1lia%20Tobias.pdf> > Acesso em: 18 de out. de 2020.

MELLO, Sílvia Leser de. A violência urbana e a exclusão dos jovens. In: **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Bader Sawaia (org.). 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Pulo: ed. N-1 Edições. 1° ed. 2018. 7° reimpressão.2020.

OMNIA, Rede. **História, do Mundo**: História do Circo,2020 Disponível em <.https://www.historiadomundo.com.br/> Acesso em: 10 de nov. de 2020.

PACHECO, Denise. BUENO, Samira. **O crescimento da letalidade policial e a invisibilidade dos dados de raça no país**. Fórum de Segurança Pública. Monitor da Violência. Portal G1.03 de set. de 2020. Disponível em < <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/o-crescimento-da-letalidade-policial-e-a-invisibilidade-dos-dados-de-raca-no-pais.ghtml> > Acesso em: 30 de out. de 2020.

PAGANINI, Vera Lúcia Alves Mendes. **Formação política e resistência**: uma experiência contra hegemônica na Prelazia de São Feliz do Araguaia. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal de Goiás. p.169 a 176.Goiânia Go, 2018. Disponível em <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/9244/5/Tese%20-%20Vera%20L%20C%20Alves%20Mendes%20Paganini%20-%202018.pdf> > Acesso em: 22 de jun. de 2020.

PORTELLI, Huges. **Gramsci e o bloco histórico**. ed. 6° trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro.

Paz e Terra. 1977.

PUC/GOIAS. **Projeto Pedagógico da Escola de Circo de 2016**. Goiânia, 2016.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. RJ: Cortez, 2017.

SANTOS, Helena Fernanda da Silva; GOMES, Jacira Josefa. **O protagonismo Juvenil como processo educativo e direito humano positivado no ordenamento jurídico brasileiro**. Direito Sociedade e Cultura. p.465-492. Fund. Vitória, 2016. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5911046.pdf> > Acesso em : 20 de out. de 2020.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influencia no Serviço Social**. 4Aed. São Paulo, Cortez.2011.

SAWAIA, Bader. Exclusão ou inclusão perversa? **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Bader Sawaia (org.) 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014

SILVA, Danilo Joaquim da. **As influências do Circo social: para os egressos da Escola de Circo Dom Fernando**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2013.

SILVA, Athos Magno Costa e. **O estado e o campo no Brasil (1930-1964): revolução conservadora das elites e luta pela terra na retaguarda do país**.2.ed.rev. PUC Goiás. 2016.

SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vivem**. Belo Horizonte MG: Ed. UFMG. 2009.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão a lava jato**. Rio de Janeiro: Leya. 2017.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Casa da Palavra,2017.

SOUZA, Jessé. **A Guerra contra o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil. 2020.

SOARES, Josiane Santos. **O enfrentamento conservador da “questão social” e desafios para o Serviço Social no Brasil**. rev. n°. 136, p. 484-496, set./dez. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2017.

SOUZA, Robson Sávio Reis. **O Serviço Social na prevenção à criminalidade**. Serviço Social e Sociedade.n°86 São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, Reginaldo Canuto de. MORAES, Maria do Socorro Almeida de. **Política e Sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira**. V Jornada internacional de Políticas Públicas.2011. Disponível em <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf> Acesso em: 24 de set. de 2020.

TAVARES, Ana Helena. **Um bispo contra todas as cercas: a vida e as causas de Pedro Casaldáliga**. ed. 1°.pg 78. Gramma,2019.

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência – violência: desperdício de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.

TRINDADE, Bóris Junior. **Circo Social no Brasil**. Recife: Funcultura, 2009.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Bader Sawaia (org.) 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

YAROCHEWSKY, Leonardo Isaac. Tchau, Democracia. **A resistência ao golpe de 2016**. p. 237,240. Praxis, 2016.

APÊNDECES

Apêndice A: termo de consentimento livre e esclarecido aplicado para os entrevistados/as.

Eu, _____

Portador (a) do RG nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, abaixo-assinado, afirmo que li e discuti com a pesquisadora do presente estudo os detalhes descritos neste documento.

Entendo que sou livre para aceitar ou recusar a minha participação e que posso interrompê-la a qualquer momento sem dar alguma razão. Concordo, assim, em participar da pesquisa sobre (O trabalho social da Escola de Circo no fortalecimento do protagonismo juvenil), e que as informações coletadas para tal estudo sejam usadas somente para propósito acima descrito, sem que isso traga nenhum prejuízo a mim.

Sei também que, caso os resultados deste trabalho sejam divulgados, o meu nome e meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e as informações que fornecerei serão utilizadas para fins de pesquisa.

Concordo que, se necessário for, a coleta de dados seja gravada.

Goiânia, ____ de _____ de 2020.

Convidado(a) _____.

Pesquisadora: _____.

Apêndice B: questionário I, aplicado aos entrevistados/as egressos do circo social.

1. Identificação do Convidado/da.

Nome: _____

Data de Nascimento: ___/___/_____ Idade: _____ Sexo :M () F ()

Etnia: _____.

Endereço: _____.

Setor: _____ . Cidade: _____.

Escolaridade: _____.

Profissão: _____.

2. Como se deu seu primeiro contato com o circo social.

3. Em que medida o trabalho do circo social pode contribuir para formação cidadã dos egressos?

4. O circo social como espaço de inclusão e valorização cidadã.

Atenção: Declaro que as informações contidas neste questionário são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, ___/___/_____.

Assinatura do Convidado/da.

Emiliana P. Santos

Responsável pela entrevista.

Apêndice C: questionário II, aplicado aos entrevistados/as profissionais do circo social.

1. Identificação do Convidado/da.

Nome: _____

Data de Nascimento: ___/___/_____ Idade: _____ Sexo :M () F ()

Etnia: _____.

Endereço: _____.

Setor: _____ . Cidade: _____.

Escolaridade: _____.

Profissão: _____.

2. O processo de inclusão social proposto através da metodologia do Circo Social.

3. O circo social e o fortalecimento do protagonismo juvenil.

Atenção: Declaro que as informações contidas neste questionário são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

Goiânia, ___/___/_____.

Assinatura do Convidado/da.

Emiliana P. Santos

Responsável pela entrevista.

